

# Faculdade de Serviço Social

Ano XV Nº 29  
Campinas 2006

# **CADERNOS DE SERVIÇO SOCIAL**



# **PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**

## **GRÃO-CHANCELER**

Dom Bruno Gamberini

## **MAGNÍFICO REITOR**

Prof. Pe. Wilson Denadai

## **VICE-REITORA**

Prof<sup>ª</sup> Angela de Mendonça Engelbrecht

## **PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**

Prof. Germano Rigacci Júnior

## **PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

Prof<sup>ª</sup> Vera Engler Cury

## **PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS**

Prof. Paulo de Tarso Barbosa Duarte

## **PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Prof. Marco Antonio Carnio

## **DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

Prof<sup>ª</sup> Vera Lúcia de Carvalho Machado

## **DIRETORA DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL**

Prof<sup>ª</sup> Vânia Maria Caio

## **COORDENADORA DO CONSELHO EDITORIAL**

Prof<sup>ª</sup> Sandra Corrêa Forster Joanini

## **MEMBROS DO CONSELHO EDITORIAL**

Prof<sup>ª</sup> Eidinê Corsi de Arias PUC-Campinas

Prof<sup>ª</sup> Jeanete Liasch Martins de Sá PUC-Campinas

Prof<sup>ª</sup> Maria Carmen Teixeira Fernandes PUC-Campinas

Prof<sup>ª</sup> Maria de Fátima Campos Françoso UNICAMP

Prof<sup>ª</sup> Mathilde Andery Burlamaqui da Silva PUC-Campinas

Prof<sup>ª</sup> Mirian Faury PUC-Campinas

Prof<sup>ª</sup> Patrícia Vieira Trópia PUC-Campinas

**Centro de Ciências Sociais Aplicadas**  
**Faculdade de Serviço Social**

**CADERNOS DE**  
**SERVIÇO SOCIAL**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e  
Informação - SBI - PUC-Campinas

Cadernos de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de Campinas.  
Centro de Ciências Sociais Aplicadas . Faculdade de Serviço Social.  
Campinas, SP, Ano I n.1 (1991) -

Ano XV n.29 jul./dez. 2006

Semestral

Resumo em Português

ISSN 1415-1650

1. Serviço social – Periódicos. 2. Assistência social – Periódicos.  
I. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Sociais  
Aplicadas. Faculdade de Serviço Social.

CDD 360

# ÍNDICE

Editorial .....	5
Formação continuada: demandas da prática do assistente social e sua relação com a formação Profissional .....	7
Mathilde Andery Burlamaqui da Silva	
Maria Carmen Teixeira Fernandes	
Maria Therezinha Correa Marques	
Sandra Correa Forster Joanini	
Assistência social sob o “olhar” dos profissionais da Educação ...	17
Aline Neri Nobre	
Rutinéia Alves Ferreira	
Síndrome de Burnout: o mal do Século XXI e sua relação com o professor universitário do Curso de Serviço Social ...	37
Mirian Rodrigues Pasquali	
Vânia Maria Caio	
O estigma da doença mental: sofrimentos e superações .....	69
Maria Claudia Festa	
Mirian Faury	
A categoria trabalho em debate no campo das Ciências Sociais: convergências e divergências teóricas .....	79
Reginaldo Guiraldelli	
Helen Barbosa Raiz Engler	



**FORMAÇÃO CONTINUADA: DEMANDAS  
DA PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL E  
SUA RELAÇÃO COMA FORMAÇÃO  
PROFISSIONAL**

**Ms. Mathilde Andery Burlamaqui da SILVA <sup>1</sup>**  
**Ms. Maria Carmen Teixeira FERNANDES <sup>2</sup>**  
**Maria Therezinha Correa MARQUES <sup>3</sup>**  
**Sandra Correa Forster JOANINI<sup>4</sup>**

**RESUMO**

Este artigo apresenta resultados parciais do Programa de Extensão da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, desenvolvido com os objetivos de contribuir para o processo de formação profissional continuada e o fortalecimento da prática de profissionais da área social nas entidades de assistência social, bem como, refletir e debater a dimensão do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Enfoca resultados das

---

<sup>1 2 3 4</sup> Docentes da Faculdade de Serviço Social da PUC-Campinas. *Correspondência para e-mails:* mathildeandery@yahoo.com.br, therezinhamarques@puc-campinas.edu.br, carmentf@terra.com.br, sandrafj@ig.com.br.

Oficinas de Trabalho, no que se refere as demandas e desafios da implementação da PNAS/SUAS.

**Palavras-chave:** formação continuada, demandas da prática, formação profissional.

A Política Nacional de Assistência Social - PNAS, aprovada em setembro de 2004, com base nos onze anos da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, ao priorizar o direito à assistência social, instala-se como política pública e preconiza a cultura do direito em substituição à cultura do necessitado. Conseqüentemente, passa a exigir profundas mudanças de enfoque na compreensão e nas ações dos profissionais em lhes dar maior visibilidade.

As mudanças ocorridas e que devem ocorrer marcam uma nova ordem político administrativa no trato ao usuário, não mais visto como portador de carências, mas um detentor de direitos exigíveis por leis, configuradas e reconhecidas enquanto espaços legítimos. Apropriar-se das leis, conhece-las nos seus princípios, na suas diretrizes significa torná-las instrumento de luta às ações de enfrentamento da questão social. Ressalta-se que ao voltar-se para a legitimidade dos direitos, aponta-se para a democratização da vida política de transformações de idéias em leis e as leis em ações.

O momento provoca reflexões, frente aos desafios postos pela PNAS, em curso no país, na construção e implementação do Sistema Único de Assistência Social -SUAS.

Ao se exigir mudanças percebe-se a fragilidade das ações, considerando-se que as mudanças acontecem com o rompimento entre velhas e inócuas posturas para se atingir novas práticas e, efetivamente, acontecer a PNAS.

Nesse sentido, os assistentes sociais estão diretamente envolvidos na gestão da PNAS, na perspectiva de implementação do SUAS. Sem dúvida, a profissionalização e a intervenção especializada, tornam-se componentes fundamentais das ações. O processo de efetivação da assistência social, como política pública, deve estar articulado com outras políticas do campo social como garantia da proteção social e da qualidade das condições de vida.

Cabe lembrar que a assistência social ao constituir-se política pública, instala como substanciais a formação continuada, a articulação na ampliação dos espaços, o compartilhamento, o aprimoramento dos profissionais da área. Representa mais uma conquista, num processo de construção coletiva, materializa-se entre trabalhadores, gestores e usuários da assistência social em se firmar como PNAS.

A dimensão do trabalho social é um espaço complexo e contraditório envolvendo a relação universidade - realidade social. Especificamente, o assistente social é o profissional que responde às expectativas e demandas da sociedade. Nesse sentido, compete à Faculdade de Serviço Social investir na Formação Continuada desse profissional, visando a implementação e consolidação do seu Projeto Pedagógico, frente às novas demandas.

Diante dessas considerações, implantou-se na Faculdade de Serviço Social – PUC-Campinas, o Programa de Extensão “Formação Continuada: demandas da prática profissional e sua relação com a formação profissional”, numa proposta de interlocução estratégica entre academia, sociedade e profissionais, na troca de experiências e atualização de conhecimentos, fortalecendo seu Projeto Pedagógico e o compromisso da PUC-Campinas enquanto Universidade Comunitária, na sua responsabilidade social.

A aproximação da FSS/PUC-Campinas com as Organizações Sociais campos de estágio, através deste Programa de Extensão, estimula a compreensão crítica da realidade social, a troca de experiências, a sistematização de conhecimentos nas diferentes áreas sociais, favorecendo o ensino da prática profissional no processo de formação do aluno. Permite a articulação entre professores, assistentes sociais e alunos, visando a qualificação do trabalho profissional, fortalecendo o ensino-pesquisa-extensão.

A Extensão, entendida como um elemento inerente à profissão, dada à especificidade do Serviço Social, está inserida no contexto do processo educativo. Na relação com o ensino e a pesquisa constitui uma ação pedagógica e política para articulação entre FSS/PUC-Campinas e Organizações Campos de Estágio. Essas organizações enquanto espaços de exercício da prática profissional no processo de ensino-aprendizagem buscam responder às novas demandas

colocadas ao assistente social, destacando-se a construção do Projeto Ético-Político da Profissão e dos novos paradigmas postos pela atual PNAS na perspectiva do SUAS.

A formação profissional do assistente social é um processo contínuo de qualificação e construção do conhecimento do trabalho profissional, que exige ultrapassar as rotinas institucionais e apreender a realidade social em movimento, a questão social, suas expressões presentes no cotidiano dos usuários de Serviço Social. Neste contexto, “exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade. O perfil que se busca construir é de um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas, um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o “tempo presente, os homens presentes, a vida presente” e nela atuar, contribuindo, também, para moldar os rumos de sua História” (IAMAMOTO, 1997, p.31-32).

No momento atual as demandas colocadas à profissão, exigem conhecimento, competência, articulação, interlocução com os espaços de formação, a fim de captar a singularidade da prática profissional, constituindo-se como desafio à Faculdade de Serviço Social, a formação continuada de assistentes sociais que supervisionam alunos nos campos de estágio.

Nesse sentido, as Oficinas de Trabalho, instrumentos das ações extensionistas do Programa, representam espaços do acontecer do conhecimento, ensejando o fluir dos debates relacionados aos fundamentos teórico-metodológicos das ações dos participantes no seu acontecer.

As principais demandas apontadas pelos profissionais abordam “a necessidade de garantir os direitos dos cidadãos para sua promoção e defesa”. Direitos esses, voltados à assistência à família, criança e adolescente, ao idoso e à pessoa com deficiência. Apontam também “a assistência social vista como direito e para tal o profissional deverá estar capacitado”. Destacam a importância de um

“referencial teórico-metodológico sólido que medie o processo de trabalho profissional”, preconizados pela PNAS/SUAS.

Especificamente, em relação à Proteção Social à Família, os participantes das oficinas apontam a necessidade de “mudança de paradigmas dos profissionais no que tange ao trabalho em rede, ao protagonismo social dos usuários e ao trabalho preventivo”. Enfatizam a “ausência de programas emancipatórios voltados para jovens e adultos no enfrentamento da pobreza, ou seja, trabalho, geração de renda e formação”. Mioto afirma que “apesar de sua tradição no trato com famílias e do aprofundamento da discussão teórico-metodológica e ético-política ocorrida no Serviço Social nas últimas décadas, a ação dos assistentes sociais continua sendo considerada muito aquém das exigências que lhes estão sendo colocadas. Estas exigências estão relacionadas à necessidade de consolidação do atual projeto ético-político da profissão, de qualificação das ações profissionais nessa área, além da afirmação do espaço do Serviço Social num campo cada vez mais disputado por outras profissões” (MIOTO, 2004).

No que se refere à Proteção Social à Criança e ao Adolescente, centralizam na família a proteção social básica das mesmas. Os participantes das Oficinas de Trabalho apresentam também como demanda da prática profissional com crianças e adolescentes a universalização do trabalho em rede, para implementação da proteção social especial de média e de alta complexidade.

Nessa perspectiva, coloca-se a importância do trabalho em redes sociais, entendida “como sendo formadas pelo conjunto daqueles que integram com o indivíduo em sua realidade social cotidiana, e que são acessíveis de maneira direta ou indireta ao contato personalizado. É um nível intermediário de estrutura social que inclui todo o conjunto de vínculos interpessoais do sujeito: família, amigos, relações de trabalho, escolares, de serviço, de inserção comunitária e de práticas sociais. Estes vínculos estabelecem relações com maior ou menor grau de intimidade conforme a proximidade entre a pessoa e seus contatos” (SLUZKI, 1997).

A construção de metodologias de trabalhos que envolvam a família, a comunidade, organizações sociais e jurídicas, os serviços de proteção social básica e de proteção especial de média e alta

complexidade é essencial e um dos grandes desafios que se coloca hoje aos profissionais da área social para o processo de trabalho com crianças, adolescentes e suas famílias.

Quanto à Proteção Social ao Idoso e à Pessoa com Deficiência, os assistentes sociais consideram que “há avanços significativos na política social de atendimento ao idoso e fortalecimento na proteção social”, porém, “na área de Deficiência necessita ampliar os investimentos, bem como a criação de Conselhos Municipais, uma vez que de 88 municípios, somente 12 estão sendo implementados. Acrescentam que em relação a esses segmentos, existem preconceitos, dificuldades de trabalhar situações do cotidiano e rejeição aos valores que dignificam a essência da pessoa humana. Recomendam o incentivo e implantação de políticas de atendimento, bem como, a ampliação de recursos”.

Na área do idoso a Lei 8.842 – Política Nacional do Idoso, enfoca “a pessoa idosa como ser total, reconhecendo as múltiplas dimensões do envelhecimento e da velhice. Busca assegurar os padrões de vida com qualidade através de ações articuladas e transitoriais entre o setor público e à sociedade civil de forma a garantir resposta integral às demandas de proteção, inclusão social e participação do idoso na comunidade”.

Os estudos e pesquisas na área social revelam que o êxito de qualquer política para a população em geral e especificamente à idosa que vem aumentando rapidamente, devem contemplar as ações articuladas, intersetoriais na construção de um novo tecido social direcionado por princípios democráticos, objetivos e prioridades comuns.

No que se refere à pessoa com deficiência, Campinas conta com um conjunto de leis municipais direcionadas para a melhoria da sua qualidade de vida. A Lei Federal 7.853/89, assegura o exercício de seus direitos individuais e sociais. Cabe destacar a Lei 8742/93 – Lei Orgânica da Assistência Social que dispõe sobre a organização da assistência social, garantindo o Benefício de Prestação Continuada ao idoso e à pessoa com deficiência que não possuem meios de sobrevivência, um salário mínimo. Garante também, a habilitação e a reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

Quanto à concretização do Projeto Ético Político do Serviço Social, a maioria das respostas dos participantes das oficinas de trabalho, afirma que para sua operacionalização é “necessário utilizar um instrumental jurídico-político, pautado em leis e resoluções no âmbito da profissão, com parecer técnico”; “sua concretização se dá através dos Conselhos e Fundos Municipais”; “necessidade de aparato jurídico” o que reflete uma fragilidade no entendimento da proposta, apontando a necessidade de maior conhecimento do mesmo. Por outro lado, há afirmações que expressam que o Projeto Ético-Político da Profissão se concretiza “através de ações em equipe”, “garantia do acesso à cidadania, aos direitos sociais e inclusão”.

O processo de construção coletiva do Projeto Ético-Político do Serviço Social coloca vários desafios para o ensino da prática profissional. Guerra considera que “o ensino da prática tem que estar auto-implicado às dimensões técnico-instrumental, teórico-intelectual, investigativa, ético-política e formativa, considerando que essas dimensões se articulam no exercício profissional que é o Serviço Social” (GUERRA, 1997, p.210).

Para contribuir com o desenvolvimento de ações que fortaleçam a prática profissional realizada nas organizações campos de estágio o Programa de Extensão buscou conhecer as dimensões da prática profissional aí presentes, bem como o significado dado ao estágio curricular, respondendo às demandas colocadas pelo Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social e do Projeto Ético-político da Profissão, uma vez que tais questões interferem diretamente no processo de formação profissional do aluno.

Os resultados apontam que 100,0% dos participantes situam a prática profissional na dimensão técnico-instrumental, com o significado de espaço de intervenção na realidade social, prestação de serviços, ação conjunta e comprometida com o usuário. Entretanto, 51,6% desses assistentes sociais, embora situem a prática profissional na dimensão técnico-instrumental, destacam a dimensão teórico-intelectual, fundamentando a importância da relação teoria-prática, pois deve estar sempre “pautada no saber”, “pautada na teoria (práxis) e desenvolvida num processo de ação-reflexão-ação, visando o compromisso da qualidade no serviço prestado ao usuário”. “É a

prática consciente do trabalho do Serviço Social, levando em conta todos os requisitos teórico-práticos vivenciados e adquiridos” Apenas 4% desses assistentes sociais enfatizam a prática profissional na dimensão ética política e 2% na dimensão teórico-intelectual.

Durante as reflexões e debates, os profissionais presentes nas Oficinas de Trabalho, demonstram o desejo de apropriar-se das leis e conhecê-las nos seus princípios, nas suas diretrizes, considerando-as “desafios postos à construção das bases para a implementação do SUAS”; à “transformação dos pressupostos constitucionais em serviços sócioassistenciais na construção e defesa do cidadão brasileiro”.

As reflexões sintetizadas, no acontecer coletivo, espaço das oficinas, do pensar, do saber, do fazer, enquanto ato solidário de troca e de construção do conhecimento, são referidas à:

-entendimento da questão social e seus desdobramentos, em particular, a pobreza não são explicados por si mesmos, não são inalteráveis, não reside no pobre, trata-se de uma questão estrutural, da sociedade que acirra o processo de empobrecimento;

-mudança na concepção do humano, do mundo e da sociedade. Ainda estão incorporados às práticas sociais a perversa herança do necessitado, do favoritismo, da benesse;

-capacidade de análise, de consciência crítica, propositiva, criativa. A consciência humana é constituída no social, nas relações entre os homens, nos valores perpassados pela família, pela sociedade, pela escola, pelo grupo de convivência, pelas associações, pelos sindicatos, pelos partidos políticos, o processo é ético-humano e idéio-político;

-a dinâmica da sociedade estabelecida pela benesse, esperando, ainda , o retorno pela gratidão, não promove verdadeiramente a mudança, não instala a cidadania. Não pode, no momento em que a assistência social se torna constitucional, ser destinada a minimizar a pobreza;

-sustentabilidade do funcionamento das instâncias de articulação, pactuação e deliberação à altura da dignidade conferida à assistência social, “um direito do cidadão e um dever do Estado”.

Devido à cultura do assistencialismo, ainda prevalecem as práticas compensatórias, emergenciais, em contraposição à cultura dos direitos sócioassistenciais;

-destinação dos recursos em compatibilidade às diretrizes e princípios, firmados pela PNAS, na construção do SUAS. Não é aceitável que ao compor o tripé da Seguridade Social do país, tenha o ínfimo recurso que lhe é destinado.

A consciência da fragilidade, das limitações dos trabalhos isolados, que conduzem ao atendimento precário, impulsiona para ações articuladas em rede. As redes configuram-se como realidades em movimento, não há modelos, nem padrões a serem indicados, uma vez que as características de cada região são diferenciadas. Trata-se de um exercício diário, de uma convivência construída com o diálogo, a confiança, a integração de recursos e o respeito à autonomia das partes envolvidas.

As limitações causam indignações porém, ao mesmo tempo, são provocadoras a investir em projetos de ação e de esperança que revertam o quadro das desigualdades sociais, marcado pela exclusão social, para a inclusão social, preconizada pela LOAS, um dos caminhos à realização dos direitos socioassistenciais.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social – Lei Nº.8.742/93.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social – PNAS / Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

BRASIL. Direito das Pessoas com Deficiências - Lei 7.853/89.

BRASIL. Estatuto do Idoso - Lei Nº.10.741/03.

GUERRA, Y. “O Ensino da Prática no Novo Currículo: Elementos para o Debate”. **Construindo o Serviço Social**: Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos. Divisão Serviço Social do Instituto Toledo de Ensino, Bauru, n.1, 1997.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. Fortaleza, CRESS-CE, Debate N°.06 – Dezembro/97.

MIOTO, R.C.T. Trabalho com famílias: um desafio para os assistentes sociais. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n.3, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/textos/anteriores/ano3/trabalho-com-familias.pdf>>. Acesso em: maio 2007.

SLUZKI. In: RIBEIRO, KS.Q.S. "Redes Sociais e Educação Popular: aproximação teórica e mudanças na prática de educação popular em saúde". In: V COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE. 5., 2005, Recife. **Anais...** Recife, 2005.

# ASSISTÊNCIA SOCIAL SOB O “OLHAR” DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO<sup>1</sup>

Aline Neri NOBRE<sup>2</sup>  
Rutinéa Alves FERREIRA<sup>3</sup>

## RESUMO

O presente texto tem como propósito analisar o significado da Assistência Social sob o “olhar” dos profissionais da Educação. O estudo constitui num estudo de caso, sob o enfoque da pesquisa qualitativa. Os dados resultantes do estudo indicam que a Assistência Social como política de direito ainda continua invisível, embora os mesmos reconheçam a importância da parceria entre Educação e Assistência Social e a necessidade da inserção do Serviço Social no espaço escolar.

**Palavras-chave:** assistência social, educação, cidadania e serviço social.

---

<sup>1</sup> Este artigo é uma versão adaptada de parte da monografia apresentada ao curso de Serviço Social/Unimontes, 2006, intitulada “As Representações Sociais sobre Assistência Social em uma Comunidade Escolar de Montes Claros/MG: um estudo de caso”.

<sup>2</sup> Professora de História do Ensino Médio da rede pública/MG e assistente social. *Correspondência para E-mail:* <nerinobre@ig.com.br>.

<sup>3</sup> Professora do Curso de Serviço Social da Unimontes e assistente social. E-mail: <rutemoc@ig.com.br>.

<sup>4</sup> Informativo do CRESS/MG - 6ª Região, ano 14, n°47, 2007, p.3.

## INTRODUÇÃO

A política da Assistência Social passa por mudanças significativas, tanto pela aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004, quanto pela implantação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

Nesse sentido, acredita-se que os profissionais da área, em especial os assistentes sociais, passam por um período de grandes expectativas em relação a essa nova fase. É um momento de grandes desafios e pode-se até mesmo acrescentar de expansão do mercado de trabalho para os assistentes sociais, haja vista o aumento da discussão em relação à inserção desse profissional no campo educacional, em especial na rede pública de ensino.

Em Minas Gerais, esse debate já desencadeou calorosas discussões na Assembléia Legislativa a qual aprovou a Lei 16.683/07, sancionada em janeiro de 2007 “que autoriza o poder Executivo a desenvolver ações de acompanhamento social nas escolas da rede pública de ensino do Estado”.

Entretanto, as discussões que ocorrem no Poder Legislativo em muitos Estados e municípios da federação, assim como nas Universidades, ressaltam, fundamentalmente, a necessidade da inserção do Serviço Social nas escolas. Todavia, não analisam as concepções que os profissionais da Educação têm sobre o papel do mesmo e nem da própria Assistência Social.

À luz dessa constatação, torna-se necessário refletir se há possibilidade de os assistentes sociais construírem uma intervenção qualificada, direcionada para a defesa dos direitos, se não conhecem os significados que os profissionais da Educação têm sobre os programas ou projetos sociais dos quais muitos alunos participam.

Diante do exposto, questiona-se: Qual a dimensão do conhecimento dos profissionais da Educação a respeito da Assistência Social? Eles reconhecem-na como política social pública? Qual é o papel do assistente social na escola, na percepção desses profissionais?

Tendo essa problemática como ponto de partida, o objetivo do presente estudo é analisar o “olhar” dos profissionais da Educação

sobre a Assistência Social, identificando a necessidade e a importância de se conhecer esses significados na busca da intersectorialidade entre ambas políticas para o fortalecimento da cidadania. Esta pesquisa parte-se da hipótese de que a Assistência Social, ainda, continua invisível para a maioria das pessoas e que os profissionais da Educação, na sua grande maioria, tendem a associar os programas sociais à prática da benevolência e dessa forma, não os concebem como objetivos da política de Assistência Social.

Nesses termos, considera-se que conhecer os significados sobre a Assistência Social pelos profissionais da Educação pode contribuir para que os sujeitos sociais possam repensar o fazer profissional, identificando suas particularidades e descobrindo novas alternativas para preservar e efetuar direitos. Que sejam capazes de mediar, de forma mais efetiva, as demandas que se evidenciam no espaço sócio-educacional.

Assim, foi delimitado como espaço para a pesquisa de campo um estabelecimento escolar da rede pública de ensino de Montes Claros-MG. Quanto ao processo investigativo, optou-se por uma abordagem, prioritariamente, qualitativa, técnicas de entrevistas semi-estruturadas e foram utilizadas gravações em fitas cassetes, com prévio consentimento dos entrevistados. Na análise dos dados, considerou-se a proposta de interpretação qualitativa de dados, denominada por Minayo (2002) de método hermenêutico-dialético. Nesses termos, participaram dessa pesquisa 04 professores, 01 pedagogo e 01 vice-diretora, totalizando 06 profissionais da Educação.

## **ASSISTÊNCIA SOCIAL: POLÍTICA PÚBLICA DE DIREITO**

Inicialmente é importante dizer que apesar de concordar com Schons (2003) ao afirmar que os direitos sociais não são efetivamente concretizados no Brasil e reconhecer as ambigüidades que estão presentes na concepção da Assistência Social como direito, este estudo trabalha com a teoria de que essa fragilidade dos direitos sociais, ainda tão forte no Brasil, não invalida o status da Assistência Social como direito.

Desse modo, Assistência Social é abordada na concepção de uma política social pública, entendida como "um conjunto de

responsabilidades públicas do Estado que deverá exercê-las de forma descentralizada, participativa e afiançadora de direitos” (SPOSATI, 2004, p.36).

Cabe assinalar que a política educacional é percebida também como direito social, apesar de a mesma não ter se consolidado até o momento como um direito efetivo e universalmente garantido pelo Estado.

Isso posto, a literatura tem mostrado que as políticas sociais brasileiras ainda não têm conseguido garantir efetivamente os direitos sociais. Os motivos são vários. Desde os de ordem estrutural, como desemprego, má distribuição de renda, a pouca efetividade da intervenção social. Conseqüentemente, a maioria dos programas sociais também não tem sido capaz de enfrentar a pobreza, pois, em geral, acontece de forma isolada, individualizada, sem tratar a “Questão Social”<sup>5</sup> em sua globalidade (YAZBEK, 2003).

No caso da Assistência Social, essa problemática torna-se mais grave, porque a mesma ainda não está consolidada em nosso país como política pública de direito. Há inúmeros desafios que a mesma precisa enfrentar. Ao refletir sobre esses desafios, Yazbek (2004) faz algumas considerações significativas.

Segundo a autora, apesar da promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993, ter reafirmado uma concepção de Assistência Social como política social pública de direito, não foi capaz de romper com a cultura clientelista, assistencialista, tuteladora que perpassa a nossa sociedade. E essa cultura patrimonialista acaba por não permitir a autonomia de seus usuários, até porque não há um reconhecimento de direitos.

Em uma outra consideração, Yazbek (2004) afirma que as ações assistenciais têm dificuldades de provocar uma inclusão social. Isso acontece porque, além de não haver uma “intersectorialidade” entre as diversas políticas sociais, elas ainda são pontuais, seletivas e focalizadas, não ocorrendo; desse modo, uma efetiva proteção social.

---

<sup>5</sup> Questão social aqui entendida como o “conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, 2001, p.27).

O terceiro argumento refere-se à construção da gestão descentralizada e participativa defendidos pela Constituição de 88. Até que ponto, são construídos espaços em que os usuários possam efetivamente exercer o controle social da política de Assistência Social?

Segundo Yazbek (2004), na maioria das vezes, não há um controle dos serviços prestados, nem pelas entidades e nem pelo próprio poder público. Faltam informações, pois em geral, as ações não são publicizadas. Essa falta de controle atinge até mesmo a questão do financiamento e gestão da política de Assistência Social e em especial, a gestão dos Fundos nacional, estadual e municipal, pois, não ocorre efetivamente um controle e participação social.

Por último, Yazbek (2004) refere-se aos impactos da Assistência Social na vida do seu público-alvo. Essa política, da maneira como está sendo conduzida pelos governos neoliberais, pode se tornar tanto um instrumento de emancipação, de autonomia, de inclusão dos menos favorecidos, como pode ser também o contrário; ser uma política excludente, do favor, pois seleciona entre os excluídos, os mais excluídos, entre os pobres, os mais pobres.

Refletindo, ainda, sobre os desafios para a consolidação da Assistência Social como política social pública de direito, Carvalho (2000) afirma que a discussão sobre essa política ainda se encontra fechada no interior da categoria de assistentes sociais. Além disso, são poucas as produções realizadas por outros estudiosos de outras áreas da política social, em especial a da Assistência Social.

Carvalho (2000), reforçando as idéias de Yazbek (2004), sustenta ainda que o público-alvo da Assistência Social tem pouco poder de pressão sobre a gestão das políticas públicas, devido a sua condição de seletividade e fragmentação. Assim, na maioria das vezes, as entidades de representação dos usuários não os representam, pois, os mesmos acabam não tendo fóruns públicos de interlocução política com voz e poder.

Nesses termos, estudos têm mostrado que a Assistência Social, por si só, não tem condições de resolver a enorme desigualdade presente em nosso país. Recorrendo às idéias de Carvalho (2000), é mister que a Assistência Social saia do papel de coadjuvante, que tenha mais visibilidade, reconhecimento perante a opinião pública como política social pública de direito.

Em resumo, é imprescindível que se busque interlocução com as demais políticas públicas, objetivando romper com a cultura predominante de que a missão da política de Assistência Social é oferecer proteções compensatórias e emergenciais. Assim, essa política em interface com outras, precisa possibilitar serviços contínuos que promovam, efetivamente, a cidadania de todos aqueles a quem dela necessitarem.

Assim, como fazer uma interlocução mais efetiva na construção de uma sociedade mais justa, mais cidadã? De que forma a escola pode contribuir para o exercício da cidadania? Mas o que é, hoje, educar para a cidadania? Nesse sentido, busca-se na próxima seção refletir um pouco sobre essa questão.

## EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

Saviani (1985), apesar de não aprofundar essa questão, defende a teoria de que é imprescindível que haja a socialização do conhecimento formal. Em outras palavras, torna-se necessário que a população tenha acesso à cultura letrada, visto que para o autor, essa é a especificidade própria da Educação, cumprindo dessa forma uma função política.

É inegável que ter acesso ao conhecimento de conteúdos é um passo importante para o processo da cidadania, contudo, só possuir o conhecimento formal não garante a cidadania, até porque muitos brasileiros que têm acesso à escola não têm seus direitos efetivamente garantidos, “vivem na condição de não-cidadãos, ou marginais” (FERREIRA, 1993, p.12).

Nesses termos, a cidadania vai além do acesso ao conhecimento sistematizado na escola. Giroux<sup>6</sup>, (apud FERREIRA, 1993), faz uma discussão importante sobre as teorias educacionais contemporâneas e analisa como essas teorias tratam a questão da cidadania. Para isso, ele trabalha com o critério da racionalidade e

---

<sup>6</sup> GIROUX, Henry. *Teoria Crítica e Resistência em Educação*. Petrópolis, Vozes, 1986.

agrupa as teorias em três grandes concepções, a saber: racionalidade técnica, racionalidade hermenêutica e a racionalidade emancipatória.

A racionalidade técnica é definida como uma epistemologia da prática derivada do positivismo, trabalha, portanto, com os princípios da "predição e do controle" (FERREIRA, 1993, p.13). Nessa racionalidade, a formação da cidadania passa pela concepção de adaptação, de ajustar o indivíduo para integrá-lo à sociedade. Ou seja, a Educação tem como finalidade disciplinar, conformar o indivíduo às regras da sociedade. Assim, a cidadania se funda na idéia de adaptação, de formação de modelos comportamentais, considerados ideais aos indivíduos e todos devem se adequar a estes modelos.

Por conseguinte, nessa racionalidade o interesse é a dominação. Trabalha com a idéia do consenso social e dessa forma, não há uma preocupação de trabalhar as contradições da sociedade, já que a mesma é vista como harmônica, o indivíduo é que precisa ser corrigido para integrar à sociedade.

Ao contrário da racionalidade técnica, a racionalidade hermenêutica tem como pressuposto a Fenomenologia, cujo interesse é a comunicação. A hermenêutica se liga a "leitura dos signos", que seriam referências explicativas do sentido dos fatos. Nessa concepção, a "educação para a cidadania deve lidar com os valores e motivações dos próprios alunos, visando sempre a um diálogo unificador dos homens" (FERREIRA, 1993, p.14).

Giroux, (apud FERREIRA, 1993), critica essa abordagem, quando a mesma focaliza na consciência individual o poder de atribuir significados ao mundo. Desta forma, essa abordagem perde de vista as discussões sobre relações de poder e ideologia, não discute os aspectos políticos inerentes à atividade educacional. A formação da cidadania se dá de forma a educar os alunos para construir uma sociedade melhor, mais igualitária, na qual haja comunicação intersubjetiva.

O terceiro tipo de racionalidade apontado por Giroux é a racionalidade emancipatória, cujo interesse é a libertação do homem. Essa admite a superação da hermenêutica avançando na crítica às relações sociais, emancipação dos homens e nas relações de poder.

A emancipação se dará pela dialética da crítica/ação na sociedade, porém não aborda a questão da luta de classe ou organização política para a transformação social, embora reconheça que o cerne da questão é político.

Nesses termos, acredita-se que a escola além de proporcionar aos alunos os saberes formais, precisa também estar voltada para uma ação reflexiva e nesse caso, os professores têm um papel fundamental, pois segundo Giroux (apud FERREIRA, 1993), o professor é “um intelectual transformador”. Ou seja, o trabalho docente tem que ser necessariamente um trabalho de pensamento e reflexão, não podendo, portanto ficar restrito ao trabalho meramente instrumental e técnico.

E, partindo dessa reflexão, Freire (1979) também apresenta estudos que destacam a importância de uma reflexão sobre a ação no processo educativo. Reflexão essa, que possa provocar efetivamente mudanças significativas, ou melhor, que estejam comprometidos socialmente com os segmentos menos favorecidos. Nas palavras do próprio autor,

Somente um ser que é capaz de sair de seu contexto, de “distanciar-se” dele; capaz de admirá-lo para, objetivando-o, transformá-lo e, transformando-o, saber-se transformado pela sua própria criação; um ser que é e está sendo no tempo que é o seu, um ser histórico, somente este é capaz, por tudo isto, de comprometer-se (FREIRE, 1979, p.17).

Nessa perspectiva, aparecem outros atores como Arroyo (2000), que acrescenta discussões sobre a necessidade da educação escolar trabalhar as múltiplas expressões da “Questão Social” que aparecem em sala de aula. A escola não pode fechar os olhos para os diversos problemas que os alunos trazem para o ambiente escolar. Em outras palavras, “que desumanidade carregam para a escola e como fazemos para recuperar a humanidade que lhes foi roubada? Qual é o nosso olhar de mestres quando chegam à escola?” (ARROYO, 2000, p.245).

Desse modo, torna-se fundamental fazer uma interface entre as políticas sociais, e no caso especial, a Educação e Assistência Social, pois a sociedade está cada vez mais complexa, portanto, as expressões da "Questão Social" estão mais presentes no ambiente escolar: discriminações, exclusão, pobreza, preconceito, dentre outras. Assim, é necessária uma interlocução entre essas políticas setoriais, conforme Demo (2006),

*Toda política social isolada não tem efeito, pelo menos não o efeito pretendido. É que a realidade social, sendo complexa ao extremo, não cabe em nenhuma proposta setorial [...] Assistência social é direito de cidadania, incondicional para quem dela precisa, dirige-se ao direito radical de sobrevivência e cumpre aí função própria. Educação também é direito de cidadania, obrigação em certa idade, aí tipicamente universal, voltando-se para a constituição do sujeito social capaz de história própria, autônomo, crítico e criativo. Ambas parecem mundos muito diferentes, mas, apesar das óbvias diferenças, são instrumentos da mesma orquestra. Precisam tocar juntas (DEMO, 2006, mimeo, grifos da autora).*

Isso posto, ressalta-se mais uma vez a importância de se buscar uma maior interlocução entre Assistência Social e Educação, sem desprezar obviamente as outras políticas setoriais. Assim, o que pensam os profissionais da educação sobre Assistência Social? O propósito foi possibilitá-los a palavra, ouvi-los para melhor compreensão da temática.

## ANÁLISE DOS DADOS

O grupo entrevistado inclui profissionais que apresentam diferentes áreas de formação. Professora/História é bacharel em Ciências Sociais, exerce a profissão de professora há 8 anos; professora/Português é formada em Letras/Inglês, trabalha com Literatura e Português, tem 14 anos de magistério; professora/

Matemática tem 14 anos dedicados à Educação, trabalha em três instituições de ensino, entre elas, o SESI; pedagoga, atua no Ensino Fundamental e por último a vice-diretora, formada em Geografia e tem 25 anos de profissão.

Inicia-se a análise a partir do relato da professora/Matemática.

Bom, o que eu sei sobre assistência social é mais relacionado à função do assistente social... a única relação que eu tive com assistência social foi quando... eu também trabalho no SESI<sup>7</sup>, e a assistente social vinha fazer entrevista para fornecer Bolsa de Estudo... eram perguntas sobre a renda. [...] o assistente social para mim é um profissional que orienta, que ajuda as pessoas que estão com dificuldades... é vamos dizer, não é bem relacionamento não... é de vida, sabe, relacionamento de vida? A se encontrar, a resolver... resolver não, mostrar, juntos a encontrar uma solução para o problema, é isso que eu entendo [...] (Professora/Matemática).

Nota-se que se interpenetram Assistência Social e o profissional que atua na área, nesse caso, mais precisamente com o próprio assistente social. Interessante ressaltar que o assistente social aparece como um profissional que seleciona, entre os necessitados, os mais necessitados, característica essa que permeia as políticas sociais brasileiras, em especial, a Assistência Social. E segundo Yazbek (2003, p.150), “separar os mais necessitados (...) vem se constituindo em uma das atribuições historicamente persistentes dos assistentes sociais”.

Além disso, observa-se no relato da referida professora, a vinculação que existe entre a Assistência Social e ajuda/orientação. Nesse caso, o assistente social aparece como um profissional que presta um atendimento psicossocial e pode-se até mesmo dizer uma

---

<sup>7</sup> O Serviço Social da Indústria (SESI) foi oficializado em 1946. Sobre o papel do SESI, ver Iamamoto (2000).

educação moral. Assim, essa relação entre Assistência Social e ajuda, também está presente em outros depoimentos, acrescentando também aspectos importantes.

•

Eu acho que é atender as necessidades da sociedade. Hoje o mundo moderno, todo mundo trabalhando, todo mundo correndo, então a família está ficando muito a desejar. A família está delegando poderes a terceiros para educar os filhos, então é onde que a assistência social tem que está interagindo (vice-diretora).

Percebe-se em quase todo o depoimento da vice-diretora, um reconhecimento de que a família passa por transformações, e a escola acaba também recebendo as contradições pelas quais passa a nossa sociedade, uma vez que os alunos trazem para o ambiente escolar todas as múltiplas expressões da "Questão Social". Sobre esse assunto, Quintão (2005, p.2) argumenta.

A escola é uma porta de entrada comunitária. Além de seu papel pedagógico, formador e de socialização, ela é depositária dos conflitos, limites, esperanças e possibilidades sociais. A escola recebe e expressa as contradições da sociedade [...]. Hoje professores e diretores se desdobram na tarefa de ouvir, compreender e mediar sozinhos, quantas vezes sem condições para isso, as influências da dura realidade social sobre a vida escolar.

Ademais, o depoimento da vice-diretora confirma a idéia exposta acima, pois sua fala evidencia a necessidade da inserção do Serviço Social na escola para melhor mediar os conflitos existentes no ambiente escolar.

Outro aspecto importante destacado nas entrevistas é uma concepção que identifica a Assistência Social como uma subpolítica que dá acesso as outras políticas sociais. Na fala da supervisora, por

exemplo, são citados habitação, alimentação e desemprego, como se Assistência Social fosse um passaporte para o indivíduo acessar outros direitos.

Eu acho que assistência social é uma forma de estar ajudando, de estar olhando mesmo por aquelas pessoas que estão inseridas nos problemas sociais, na questão do desemprego, na falta de habitação, na falta de alimentação, desestrutura familiar mesmo [...] (Pedagoga).

Em outras palavras, está presente nessa fala uma idéia de inespecificidade da Assistência Social. Sobre esse assunto, Sposati (2004) faz uma reflexão interessante quando afirma que é mister estabelecer a particularidade da política da Assistência Social para que seja consolidado o paradigma do direito da mesma, pois segundo a autora, a “política de Assistência Social entendida como *processante* de outras políticas sociais configura uma hierarquia entre as políticas sociais e atribui à Assistência Social um lugar supletivo e de mediação” (SPOSATI, 2004, p.38, grifo da autora).

Nesse sentido, se a Assistência Social não é vista como política social pública e seu significado está intimamente ligado à ação, à prática e à própria relação com o assistente social; como são percebidos os programas sociais?

Eu percebo como assistencialismo (Professora/História).

(...) Eu acho muito bom [...] está na Constituição, direito de alimentação, educação, lazer, mas na prática isso não funciona, mas é obrigação do Estado sim, é onde nós vamos trabalhar nossos jovens, propondo uma sociedade melhor (vice-diretora).

Vejo os programas sociais como ponto positivo. Apesar de muita gente não concordar e achar que deva oferecer o emprego. Acredito que na falta do emprego, deve sim, oferecer ao indivíduo o auxílio social. Afinal, trata-se de um ser humano que necessita de ajuda para não morrer de fome (Professora/ Portugêses).

Assim, observa-se que os depoimentos trazem bastantes concepções de ajuda, transitando entre direito e assistencialismo. Além disso, pode-se até mesmo notar sua identificação como um ato subjetivo, de motivação moral e pelo sentimento de pena, como está presente na fala da professora/Portugueses.

Além dessas observações, vê-se que nas falas de alguns sujeitos sociais, Assistência Social está muito relacionada ao comodismo, principalmente em relação aos adultos. Assim, para alguns, os programas sociais são bem vistos desde que sejam direcionados tão somente para os filhos, e não para a família como um todo.

Eu acho que a assistência social não deveria gerar dinheiro, eu acho que deveria gerar atividades, onde o aluno estaria vinculado à escola [...] Realmente eu concordo que acomoda um pouco, não todos, porque sobreviver com 90 reais é muita comodidade, mas desde que a família continuasse trabalhando, era uma ajuda para o aluno (salienta) e não para a família [...] (vice-diretora).

[...] eu acho que a pessoa que recebe um programa do governo se ele for mais velho, acomoda, acha que aquilo é o suficiente [...]. Eu vejo que quando é o jovem que recebe uma ajuda, ele muda [...] Ele passa acreditar mais nele, sabe? [...] mas diretamente para os pais, igual acontece com o Bolsa-Família, eu não vejo resultado... por exemplo, tinha uma menina que trabalhava em casa. Na casa dela ninguém trabalhava... Moravam na roça. Aí eu falava: mas como vocês se sustentam? Ela falou assim: dá para viver com isso. Na época juntando tudo, dava uns 90 reais e pouco. Ninguém trabalhava, o pai, a mãe, os irmãos. Viviam dessa bolsa. Os programas para a juventude têm mais resultados porque são direcionados para eles [...], mas quando são direcionados à família [...] não funcionam como política social, funcionam como bolsa alimentação, sobrevivência (Professora/Matemática).

Optou-se por destacar a situação relatada acima para trazer para esse estudo algumas reflexões: Se há famílias que trabalham

na zona rural e estão sobrevivendo com o programa Bolsa Família, isso faz pensar em algumas questões. Como eram as condições de trabalho dessas famílias antes de receber a Bolsa Família? Para quem trabalhavam? Em que condições viviam? São algumas indagações para refletir sobre os resultados das políticas sociais que têm sido implementadas nos últimos anos no Brasil.

Desse modo, com base no relato acima, se algumas famílias estão tendo um nível de vida independente da sua participação no mercado - aqui se toma os estudos de Esping-Andersen (1991), com a sua teoria da desmercantilização- se as mesmas estão tendo oportunidade de escolher entre trabalhar ou não em determinadas condições, esse relato tende a concluir que apesar de todas os desafios que a Assistência Social enfrenta no Brasil, a mesma está permitindo a emancipação dos indivíduos da dependência do mercado, que à luz da teoria de Esping-Andersen (1991) é um aspecto importante, já que pode significar a desproletarização e não um processo de comodismo como é entendido por alguns entrevistados.

E, para terminar, se os problemas familiares já interferem diretamente no espaço escolar, como destacou a vice-diretora, de que forma a escola tem abordado essa questão? Como interagir escola e família? Qual seria o papel do assistente social, na percepção dos sujeitos sociais dessa categoria?

Acho que a gente não tem oportunidade de fazer discussões sobre cidadania [...] a escola está muito preocupada em passar conteúdo [...]. Primeiro, o professor leva uma vida totalmente atribulada, ele não tem condições de preparar uma discussão assim, pois trabalha de manhã, trabalha à tarde, à noite, não tem condições de ter só um cargo, porque então ele não consegue se manter, então ele tem que ter dois, tem ter três, é complicado, para o professor, fica complicado para o aluno e vai virando aquela bola de neve... a gente vai tentando, tentando fazer uma coisa aqui, outra ali, aí fica meio assim apagando incêndio [...] (Pedagoga).

Com base na fala da supervisora, observa-se que as escolas, como já apontam alguns estudos, têm apresentado dificuldades em

conciliar educação para a competitividade e educação para a cidadania social. Isso faz refletir que a racionalidade emancipatória tão bem analisada por Giroux (apud FERREIRA, 1993), às vezes não acontece de fato na escola, apesar da mesma receber e expressar as contradições da sociedade, como se nota nos depoimentos seguintes.

Eu acho, volto a repetir, a ajuda vai ser fundamental onde o assistente social vai estar nos ajudando a interagir com a família e tentar sanar em parte os problemas (vice-diretora).

Ah, eu acho muito bom. Oh, eu acho que a gente tem que ter cuidado para não confundir o assistente social com o psicólogo, eu acho que tem muita confusão. [...]. Penso que o serviço social dentro da escola vai ser um vínculo entre a escola e a família, vai ser a ponte, a assistência social pode ajudar tanto o aluno a melhorar o seu relacionamento com a família, pois a família hoje está desmoronada [risos] [...] (Professora/Matemática).

Observa-se, portanto, que há uma percepção de que as famílias passam por profundas modificações, como afirma a própria professora/Matemática, a família está "desmoronando". Na verdade o que podemos apreender das falas é uma angústia, um sentimento de frustração, diríamos até mesmo uma idéia de falência e incapacidade de lidar com os novos desafios que a sociedade moderna nos coloca. No entanto, não se deve conceber essa demanda, como fato isolado, mas sim como conseqüência das mudanças que acontecem no contexto atual (MIOTO, 2006).

Vale ressaltar também que o termo "família desestruturada" permeia as concepções de alguns profissionais e, dessa forma, conforme Mito (2006), o consenso existente sobre as mudanças do modelo de família tem se limitado a estrutura e composição do modelo familiar sem fazer uma análise mais profunda sobre as funções familiares.

Desse modo, as mudanças que ora passam as famílias também é percebida na fala seguinte.

[...] Fundamental em vários aspectos: saúde, nutrição. Se o aluno é bem alimentado, ele aprende. A escola está sobrecarregada, pois a família vem transferindo em parte a sua responsabilidade para a escola. Eu vejo a assistência social como uma via, pois a educação sozinha não dá mais conta de resolver os problemas que acontecem na escola (Professora/História).

Vale destacar nessa fala, que há um reconhecimento da intersetorialidade de políticas para melhor enfrentar as demandas que chegam à escola. Sabe-se que as múltiplas expressões da “Questão Social” que chegam à escola não podem ser enfrentados como situações isoladas, autônomas, sem relação com as causas estruturais que os produzem.

Para terminar essa seção, destaca-se outra fala que expressa o reconhecimento da necessidade do assistente social na escola.

Eu acho bom. Tudo que vem agregar a educação, somar é altamente positivo. Assistência Social poderia estar assistindo não somente os nossos alunos carentes, mas a família também. Poderia envolver estes alunos em atividades esportivas, cursos profissionalizantes. A família poderia ser envolvida em palestras, cursos profissionalizantes [...]. O Serviço Social poderia contribuir na aproximação, ser o elo de ligação (Professora/Português).

Sobre esse assunto, Almeida (2005, p.6) argumenta que as ações dos assistentes sociais no estabelecimento escolar podem possibilitar o acesso aos serviços sociais e fortalecer os “processos sócio-institucionais voltados para o reconhecimento e ampliação dos direitos dos sujeitos sociais”. Segundo o autor, a Educação deve ser compreendida numa “dimensão mais integral, envolvendo os processos sócio-institucionais e as relações sociais” (ALMEIDA, 2005, p.6).

Isso posto, a inserção do Serviço Social na escola constitui, então, uma busca de fortalecimento das políticas sociais. Torna-se necessário um trabalho coletivo entre profissionais da Educação e

os assistentes sociais para que aconteça efetivamente uma educação de fato cidadã, que proporcione aos alunos e suas respectivas famílias acesso aos direitos sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo revelou que no âmbito da escola pesquisada, a Assistência Social como política social pública, apesar dos avanços, continua ainda invisível para os entrevistados. Ela é identificada como forma imediatista, compensatória, assistencialista, ajuda, dentre outros significados.

Percebe-se também que os entrevistados reconhecem a necessidade da Assistência Social, todavia, compreendê-la como direito numa perspectiva de política social não está muito clara para os mesmos. Em geral, eles utilizam os termos ajuda, orientação, dentre outros. Além disso, os mesmos acreditam com menor intensidade a professora/Português e a pedagoga, que os programas sociais direcionados aos adultos geram acomodação e dependência. Daí a defesa de alguns entrevistados pela implantação de programas sociais direcionadas à juventude.

A necessidade da inserção do Serviço Social na escola e a importância de uma parceria entre Educação e Assistência Social é consenso entre todos os profissionais. Entretanto, em todos os depoimentos, o papel do assistente social no estabelecimento escolar aparece limitado à mediação entre família e escola.

Ademais, percebe-se, apesar de não ser objetivo desse estudo, que a escola pesquisada ainda continua voltada muito mais para um conteúdo sistematizado do que para uma transformação social, utilizando aqui a concepção de Freire (1979).

E para finalizar essas considerações, segue-se uma fala da professora/Matemática. Após a entrevista, foi colocada para a mesma sobre a política da Assistência Social ser considerada pela atual Constituição Federal como direito social. De forma bastante reflexiva, ela questionou:

Oh... assistência social como política social, eu não sabia, é novo... A partir do momento em que as pessoas ficam

sabendo podem lutar por isso. Eu acho que por ser nova, nova que eu falo assim, no sentido das pessoas conhecerem, deveria ser mais divulgado [...] mais discutido na comunidade, sabe? E a população sabe? Como ela vai cobrar, se ela nem sabe que tem esse direito? As próprias escolas, elas têm consciência que é um direito? Principalmente discutir o papel dessa política, as pessoas confundem...é só para os meninos que fazem parte do grupo de risco? E para medir uma necessidade, como que é? (Professora/Matemática).

Nesse sentido, a fala acima evidencia a importância da inserção do Serviço Social no ambiente escolar, como um dos instrumentos para melhor publicizar essa política e como uma forma de contribuir para que a Assistência Social se afirme efetivamente como direito social e espaço de ampliação da cidadania. De acordo com Almeida (2005, p.6), compreender Serviço Social na escola, é pensar em uma “educação cidadã na busca de novas formas de sociabilidade humana, nas quais o acesso aos direitos é crucial”.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N.L.T. A educação como direito social e a inserção dos assistentes sociais em estabelecimento educacionais. In: QUINTÃO, A. **O Serviço Social e a Política Pública de Educação**. Belo Horizonte, 2005, p.1-13.

ARROYO, M.G. **Ofício de Mestre**: imagens e auto-imagens. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CARVALHO, M.C.B. A Política de Assistência Social no Brasil: dilemas na conquista de sua legitimidade. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n.62. São Paulo: Cortez, 2000, p.145-155.

DEMO, P. **Serviço Social e Educação**: uma parceria bem possível e muito desejável [mensagem pessoal]. Disponível em: <nerinobre@ig.com.br>. Acesso em: 2 maio 2006 (mimeo).

ESPINGANDERSEN, G. As Três Economias Políticas do Welfare State. In: **Lua Nova**, n.24, 1991.

FERREIRA, N.T. **Cidadania**: uma questão para a educação. 7.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. Trad. Moacir Gadotti e Lílian Lopes Martins. 15.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

IAMAMOTO, M.V. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 21.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MIOTO, R.C.T. Novas Propostas e Velhos Princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, A.; MATOS, M.C.; LEAL, C. (Orgs). **Política Social, Família e Juventude**. uma questão de direitos. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006, p.43-59.

QUINTÃO, A. Políticas Públicas Sociais; o desafio da integração. In: **O Serviço Social e a Política Pública de Educação**. Belo Horizonte, 2005, p.1-13.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. São Paulo: Cortez, 1985.

SCHONS, S.M. **Assistência Social entre a Ordem e a "Des-ordem"**: mistificação dos direitos sociais e da cidadania. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SPOSATI, A.O. Especificidade e Intersetorialidade da Política de Assistência Social. In: **Revista Social e Sociedade**, n.77, Ano XXV, março, 2004, p.30-53.

YAZBEK, M.C. **Classes Subalternas e Assistência Social**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

YAZBEK, M.C. As Ambigüidades da Assistência Social Brasileira após Dez Anos de LOAS. In: **Serviço social & sociedade**, n.77, v.25, mar. 2004, p. 11-29.



# SÍNDROME DE BURNOUT: O MAL DO SÉCULO XXI E SUA RELAÇÃO COM O PROFESSOR UNIVERSITÁRIO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Mirian Rodrigues PASQUALI<sup>1</sup>  
Vânia Maria CAIO<sup>2</sup>

## RESUMO

Este trabalho de pesquisa e conclusão de curso foi realizado com professores universitários do Curso de Serviço Social de dezesseis Faculdades do Curso de Serviço Social da rede privada de ensino do Estado de São Paulo. Objetivou conhecer, mostrar, e difundir na área acadêmica e afins, como a prática profissional e as exigências do modelo econômico adotado no país, interferem na saúde mental e física do professor e por conseqüência na qualidade do ensino. A Síndrome de Burnout, citado por alguns autores como "O mal do século XXI", ou a "Síndrome da Desistência", é um estado crônico do stress ocupacional, e desenvolve-se em indivíduos, que mantêm um contato direto e excessivo com os beneficiários de seus serviços na sua prática profissional, como os Professores,

---

<sup>1</sup> Bacharel em Serviço Social pela PUC-Campinas. *Correspondência para* E-mail: <mirianjlb@hotmail.com>.

<sup>2</sup> Doutora em Serviço Social. Docente orientadora do trabalho de conclusão de curso da PUC-Campinas, e-mail: vania@puc-campinas.edu.br.

Assistentes Sociais, Médicos, Psicólogos, Enfermeiros, Policiais , e tem como consequência a exaustão emocional, e a despersonalização deste trabalhador.

Levantou a hipótese da relação entre o professor e a Síndrome de Burnout , a partir de referencial teórico de pesquisadores da área de saúde do trabalhador principalmente ligados à educação, como o professor, que mantém contatos interpessoais muito intensos com os alunos. E o professor Assistente Social é sem dúvida, um profissional altamente vulnerável à Síndrome de Burnout pela dinâmica da sua profissão como Professor e Assistente Social que exige um grande compromisso com a formação profissional e cidadã de seus alunos, para que estes possam interagir e intervir também de forma responsável em prol da emancipação de uma sociedade cidadã. Este é um fator suficientemente importante para uma reflexão sobre a importância da atuação deste profissional na formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

**Palavras-chaves:** Síndrome de Burnout, educação, professor, saúde, trabalhador, exaustão, despersonalização.

## BREVE HISTÓRICO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO NO BRASIL

No Século XVI, as escolas sob tutela da Igreja e com o próprio clero na atividade docente, se abriram para as camadas mais populares para viabilizar a leitura das sagradas escrituras para o povo. A necessidade de convocar colaboradores leigos para a atividade docente fez com que se instituísse a realização de uma profissão de fé e um juramento aos princípios da Igreja, o que deu origem ao termo Professor.: Pessoa que professa a fé e fidelidade aos princípios da Instituição e que se doa sacerdotalmente aos alunos.

Do doutrinação religioso a escola passou à doutrinação ideológica, para a disciplina material, para a organização da experiência escolar, de forma que gerasse nos jovens hábitos e comportamentos adequados às necessidades da indústria. Quando as fábricas adotaram a proposta Taylorista de produção o paradigma da eficiência instituiu-se definitivamente no País.

Esta mudança de paradigma na organização do trabalho trouxe algumas imposições ao professor, como a de desenvolver

qualificação necessária para o exercício da atividade, e controlar o fluxo permanentemente do “produto parcialmente desenvolvido”, isto é, o aluno.

Nos últimos anos, outras questões se adicionaram às da organização do trabalho. Para Merazzi, as mudanças no papel dos professores estão ligadas a três fatos fundamentais:

1º- A evolução e a transformação dos agentes tradicionais de socialização (família, ambiente cotidiano e grupos sociais organizados) que, nos últimos anos, vêm renunciando às responsabilidades que antigamente vinham desempenhando no âmbito educativo, passando a exigir que as instituições escolares assumam esta responsabilidade.

2º- O papel tradicionalmente designado às instituições escolares, com respeito à transmissão de conhecimentos, viu-se seriamente modificado pelo aparecimento de novos agentes de socialização (meios de comunicação e consumo cultural de massas, etc.) que se converteram em fontes paralelas de informação e cultura.

3º- O conflito que se instaura nas instituições quando se pretende definir qual é a função do professor, que valores, dentre os vigentes em nossa sociedade, o professor deve transmitir e qual deve questionar.

Muitas vezes o professor e o aluno tornam-se submissos às necessidades políticas e econômicas do momento. (ESTEVE, 1999).

Nos anos noventa o Brasil passa por um processo de reajustamento político nacional de acordo com a nova ordem mundial, contemplando a educação superior dentro da ótica da racionalidade econômica, fazendo com que a Universidade Brasileira passasse por inúmeras transformações. A educação submetida ao desafio de um padrão internacional e para atender às necessidades de um mercado crescente, teve de organizar-se como uma unidade de produção, criando departamentos, linhas de produção, para cada profissional, por categoria de conhecimento. As Universidades privadas vincularam-se a um modelo corporativista e empreendedor, adotando a crença neoliberal de que tudo é mercadoria e o mercado regula todas as relações.

Como se vê, assiste-se no Brasil um intenso e acelerado processo de mudança social, trazendo muitas reformas, que são

efetivadas mediante acordos políticos complexos e contraditórios, sob o comando do Poder Executivo, com alianças às tradicionais oligarquias. Essas reformas têm provocado crescentes índices de concentração de renda, de exclusão social, e de desemprego, e fragilizado a indústria e a agricultura nacionais, a pretexto de abertura de mercados e de aumento da competitividade, desprezando o déficit social acumulado.

## **O PERFIL DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL**

O profissional de Serviço Social tem um trabalho especializado, sob a forma de serviços, e interfere na reprodução material da força de trabalho, e no processo de reprodução sóciopolítico dos indivíduos. Por interferir nas condições materiais e sociais de indivíduo trabalhador, contribui para a produção de riquezas da sociedade capitalista, fazendo-se útil ao sistema. O serviço Social é socialmente necessário porque atua sobre questões que dizem respeito à sobrevivência social e material de setores majoritários da população trabalhadora. A participação do Assistente social é indispensável no “mar de consensos” exigidos na nossa sociedade atual (IAMAMOTO, 2003). Este profissional é requisitado para criar um comportamento produtivo da força de trabalho na empresa, e de outro lado é chamado para atuar no âmbito dos Conselhos de Políticas sociais, de direitos da criança e do adolescente, de idosos, de portadores de deficiência, e ainda contribuem para o interesse da sociedade civil organizada ao viabilizarem o uso de recursos legais para sua atuação.

Os assistentes Sociais exercem a função de um educador político, comprometido com uma política democrática. Têm a incumbência de trabalhar na relação público-privado, e transformar o espaço público, de fato em público, alargando a participação da coletividade na coisa pública, mantendo a qualidade nos serviços prestados, com respeito aos usuários, e com investimentos nas melhorias dos programas institucionais (SILVA, 1999).

Os princípios constantes no Código de Ética são norteadores dos caminhos a serem trilhados pois indicam um rumo ético-político, um horizonte para a atuação profissional. Ele afirma como valor ético central, o compromisso com a liberdade, e determina também a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais.

## O PROFESSOR ASSISTENTE SOCIAL: SEU CAMPO E SUA ATUAÇÃO

Para Márcia Faustini, a prática profissional aparece muito consistente na ação do professor em sala de aula. Os saberes fundados no exercício de seu trabalho cotidiano como assistente social na “outra ponta”, que migram para a sala de aula é transposto de forma automática à realidade do ensino. Em aula vão agregar outros valores particulares da relação pedagógica como se verifica nos saberes práticos. Nessa migração para a sala de aula, explicitando o caráter ético dessa prática, que traz em si uma crença na humanidade e na esperança, rompe-se com concepções ingênuas de mundo e busca-se respaldo em visões críticas que se contrapõem ao caráter inexorável do destino, assumindo o compromisso com a vida, na direção da construção da liberdade (FREIRE, 2004).

As relações professor-aluno visualizam um aluno-cidadão e um professor-educador (FREIRE, 2004). A realização de um ideal de transformação das relações sociais faz com que o professor veja o aluno como um cidadão cuja cidadania precisa ser trabalhada para que este possa transmiti-la mais tarde ao usuário de seus serviços. Para o professor a cidadania não é uma dádiva e sim o fruto de um processo de tensões, e conflitos na conquista de direitos de emancipação e de formas democráticas de gestão social.

Para Faustini (2004), a responsabilidade docente, nesta perspectiva, exige a clareza de ser um educador problematizador, que tenciona a realidade, problematiza as relações do conteúdo ensinado, desafia o aluno a investigar suas referências na abordagem de conteúdo. Muitas vezes o professor se questiona em como auxiliar na construção de cidadania, lidando com alunos que chegam cansados para a aula, que não tem tempo de ler, que não tem acesso a espaços de cultura.

Segundo as Normas das Diretrizes Nacionais da Formação Profissional do Serviço Social é fundamental:

- Que o profissional seja generalista, capaz de compreender as múltiplas determinações da realidade social.
- Que o profissional exerça permanentemente o movimento da crítica, investigando a realidade presente.

- Que este profissional com uma sólida formação teórica não se deixe seduzir por respostas fáceis.

- Que seja criativo, capaz de propor alternativas que garantam a consolidação do projeto ético político da profissão.

As decisões docentes voltadas para uma visão crítica de realidade marcam o compromisso do profissional de Serviço Social com a formação do homem e com a construção da sociedade que se direciona à realização permanente de valores de justiça, democracia, e para isso apóiam-se nos princípios firmados no Código de Ética Profissional.

Segundo Faustini (2004), nesse ensino não são priorizados saberes referenciados na área pedagógica, mas sim saberes que sustentem a manutenção de um projeto de transformação da realidade. Essa prática é marcada fortemente pelo pensamento de Paulo Freire, mas este não é visto como educador e sim como um político, pela opção de trabalho pelos oprimidos, e pelo viés ético-político reunido a partir de uma consciência de homem-sujeito de sua história e da construção de uma sociedade justa, igualitária e livre.

## **OTRABALHO: FONTE DE REALIZAÇÃO E DESGATE**

O trabalho é uma importante atividade humana.

A expressão Trabalho têm vários significados. Deriva do latim *TRIPALIUM*, um instrumento utilizado no início da agricultura para os agricultores baterem o trigo, as espigas de milho, o linho. Também já foi usado como um instrumento de tortura, associando trabalho a sofrimento. Nesta época o ócio, a liberdade, a contemplação e a política eram os valores básicos da sociedade.

Marx define trabalho como uma operação humana de transformação da matéria natural em objeto de cultura, homem em ação para sobreviver e realizar-se criando instrumentos, e com estes todo um universo de vinculação com a natureza, realização de uma obra de reconhecimento social por meio do trabalho. Segundo Marx, por meio do trabalho o homem transforma a si mesmo, porque nesta

relação ele planeja, faz projetos, representa mentalmente os produtos que quer transformar.

Para Dejours, “Do choque entre um indivíduo dotado de uma história personalizada, e a organização do trabalho portadora de uma injunção despersonalizante, emergem uma vivência e um sofrimento...”. Para o autor o sofrimento emerge quando a relação homem-organização está bloqueada, ou seja, quando um indivíduo usou todas as suas faculdades, sejam elas intelectuais, psicoafetivas, de aprendizagem ou de adaptação, para tentar diminuir a frustração sentida. Para ele, a organização do trabalho é indubitavelmente, a causa de certas descompensações no quadro clínico do trabalhador, pois quando ele não consegue se adaptar às pressões do cotidiano, deixa evidente outros pontos como número elevado de faltas ao trabalho, e acaba caindo nas mãos do médico, que desconsidera o sofrimento mental e a fadiga como os facilitadores da doença, e inicia um processo de medicalização trazendo o conflito homem-trabalho para um terreno mais neutro (FONSECA, 2005).

A qualidade de vida no trabalho relaciona-se diretamente com as possibilidades concretas das pessoas sentirem-se compreendidas como sujeitos humanos integrais e integradores e de terem respondidas as suas expectativas, necessidades e desejos no ambiente de trabalho.

O indivíduo investe grande parte de sua vida na preparação para o mercado de trabalho com estudos, estágios e depois na dedicação ao trabalho propriamente dito.

Depende, em média 1/3 do dia, durante cerca de trinta e cinco anos ou mais sem contar aqui o tempo para a locomoção ao trabalho.

As organizações têm revelado grande preocupação à significação e a repercussão do trabalho sobre o trabalhador, e seus efeitos na instituição. O desequilíbrio na saúde profissional traz conseqüências na qualidade dos serviços prestados a no nível de produção, afetando os lucros na medida em que é imbutidos nos custos o absenteísmo, auxílio doenças, reposição de funcionários, transferências e novas contratações e treinamentos em decorrência de doenças de origem laboral como o stress e o Burnout. Por isso as organizações tem investido em pesquisas e investigações na qualidade de vida do trabalhador (MASLACH; LEITTER, 1999).

A teoria de Burnout não surge por acaso, ela se dispõe a compreender as contradições da área da prestação de serviços, exatamente quando o setor primário descamba e o setor terciário vem tomar seu lugar. "Burnout é a Síndrome do fim do século, atacando os trabalhadores do final do século" (CODO, 1999).

## **BURNOUT: IDENTIFICAÇÃO E ENFRENTAMENTO**

Nas primeiras décadas dos anos 70, o psiquiatra Freudenbergher, desenvolveu um estudo com profissionais ligados ao tratamento de dependência química mostrando que após alguns meses de trabalho, estes profissionais compartilhavam alguns sintomas, como a desmotivação, a frustração. Reclamavam que seus pacientes não se esforçavam para recuperar-se e que portanto não precisavam mais de sua ajuda. Alguns afirmavam que já não conseguiam atingir os objetivos que havia proposto, e outros afirmavam estar tão exaustos que prefeririam não levantar pela manhã para trabalhar.

Freudenbergher percebeu que estes sintomas já haviam sido observados e estudados antes, só que de forma isolada. A esses sintomas que agora eram estudados em conjunto atribuiu-se o nome de Burnout.

Burnout no jargão popular inglês quer dizer, "Aquilo que deixou de funcionar por absoluta falta de energia", e foi traduzido para o português como "perder a energia", "queimar-se completamente", ou, uma metáfora para expressar "aquele que chegou ao seu limite, não tem mais energia".

É consensual entre os estudiosos, definir o Burnout como uma resposta ao stress laboral crônico.

França o define como: "Uma síndrome caracterizada pelo esgotamento físico, psíquico e emocional, em decorrência de trabalho estressante e excessivo. É um quadro clínico resultante da má adaptação do homem ao seu trabalho".

Para Benevides Pereira, "Uma forma de adaptação (mesmo que inadequada) no sentido de se enfrentar as dificuldades sentidas" (PEREIRA, 2002).

Cristhina Maslach, psicóloga social, e pesquisadora na área de saúde do trabalhador define Burnout como: “Uma reação à tensão emocional crônica gerada a partir do contato direto e excessivo com outros seres humanos. É uma experiência individual específica do contexto do trabalho” (PEREIRA, 2002).<sup>6</sup>

Maslach apontam que nos últimos anos o nível de desgaste físico e emocional dos trabalhadores tem atingido elevadas proporções. Para ela, o problema do desgaste dos trabalhadores é um problema do ambiente de trabalho e da maneira como ele está organizado (MASLACH; LEITTER, 1999).

O Burnout é um risco ocupacional a que estão expostos principalmente os trabalhadores que lidam com atividades laborais de ajuda, com contatos interpessoais muito intensos, como no caso dos professores. As pessoas cuja prática profissional está voltada para o âmbito social são dotadas de grande idealismo, almejam ajudar o próximo, e esperam ter grande liberdade pessoal e autonomia no seu trabalho, e esperam o reconhecimento pelo seu comprometimento. E a falta deste reconhecimento torna-se um fator de relevância para o desenvolvimento do Burnout. Portanto o Burnout não resulta do trabalho excessivo, mas sim pela lacuna entre esforço e recompensa (PEREIRA, 2002).

Desde a sua descoberta como fenômeno psicológico, o Burnout tem sido reconhecido como um importante problema individual e social. Considerando os prejuízos e transtornos tanto pessoais como sociais que o Burnout acarreta, vários países vêm encaminhando processos para considerar a síndrome uma enfermidade laboral, tramitando projetos para reconhecer o Burnout como doença trabalhista. No Brasil, a lei nº 3048/99 reconhece a síndrome de esgotamento profissional como doença do trabalho, síndrome entendida como “Sensação de estar acabado”, (CID-10, Z-073), assegurando ao trabalhador a cobertura da previdência social (CAETANO, 1993).

Os estudos sobre a Síndrome de Burnout no Brasil ainda são escassos, mas há de se destacar o trabalho de grupos de estudiosos pioneiros liderados pela psicóloga Prof<sup>a</sup>. Dra. Marilda E. Novaes Lipp em Campinas presidente da Associação Brasileira de Stress, com valiosos estudos sobre o stress, o trabalho de Wanderley Codo, sobre

o Burnout em professores, da Universidade de Brasília, e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estresse e da Universidade Estadual de Maringá GEPEB, coordenado pela psicóloga Prof<sup>a</sup>. Dra. Ana Maria T. Benevides Pereira, que é integrante do Grupo de Estudos de Burnout GEB da Universidad Autónoma de Madrid com a coordenação do psicólogo, e pesquisador da saúde pública em Madrid, Espanha, Prof. Dr. Bernardo Moreno Jimenez.

A concepção de Burnout sob a perspectiva sócio-psicológica das pesquisadoras Maslach e Jackson é a mais adotada segundo a qual os aspectos individuais se somam às condições e relações de trabalho formando uma constelação que favorece o aparecimento dos fatores multidimensionais da síndrome (PEREIRA, 2002), que seriam:

- **Exaustão emocional (EE):** Refere-se à sensação de esgotamento tanto físico como mental, e à sensação de não dispor mais de energia. O trabalhador sente-se incapaz de dar de si afetivamente. Sente-se esgotado e sem recursos próprios, por conviver diretamente e constantemente com problemas. Por achar que não tem saída, se fecha às alternativas, aos contatos, e, ao outro. A exaustão emocional se estabelece e deixam o profissional no conflito entre o dever fazer bem feito e sua crença de que não vai conseguir. "...Tenho uma atividade pesada, principalmente porque me deparo com problemas dos alunos que não posso resolver..." (CODD, 1999).

- **Despersonalização (DE):** O trabalhador "endurece" afetivamente e "coisifica" o objeto do seu trabalho. Desenvolve sentimento e atitude negativos ao destinatário de seus cuidados. O trabalhador ilude-se que desta forma sofrerá menos. A despersonalização ocorre quando o vínculo afetivo é trocado pelo racional. É um estado psíquico onde o indivíduo passa a exercer críticas ferozes de tudo e de todos à sua volta, tanto no meio profissional como no familiar, age de forma cínica e dissimulada, negando afetividade com o meio de convivência, tratando-os com frieza. "...Tanto faz que meus alunos estejam apaixonados pelo conteúdo ou que minhas palavras atravessem seu cérebro como a um deserto, cumprio apenas a minha obrigação..." (CODD, 1999).

- **Baixo sentimento de realização profissional (bRP):** Tendência à uma involução no trabalho, afetando a qualidade e habilidade no atendimento, e na rotina da organização. Falta esperança que seus

objetivos sejam alcançados. Este sentimento faz com que o profissional sinta que os problemas são maiores que os recursos de que ele dispõe para resolvê-los deixando uma sensação de impotência, tornando-os apáticos no seu cotidiano. Num primeiro momento, o indivíduo percebe a evidência de uma tensão, o stress. Em seguida aparecem sintomas como o esgotamento emocional, a fadiga, juntamente com a ansiedade, e finalmente ele desenvolve estratégias de defesa como a indiferença e o distanciamento emocional do trabalho, e as utiliza de maneira constante. “Tanto faz sobre o que estou dando aula, sequer me interessa se foi boa ou não, o que me interessa é que mais uma aula passou...” (CODD, 1999).

## DESENVOLVIMENTO DO BURNOUT

O Burnout instala-se através de fases que se sucedem tão sutilmente que a vítima não percebe que está sofrendo da síndrome.

De acordo com Maslach e Jackson, o Burnout se desenvolve através das seguintes fases:

1- Idealismo: A energia e entusiasmo são ilimitados, o trabalho parece preencher todas as necessidades e desejos;

2- Realismo: O indivíduo percebe o irrealismo de suas expectativas: o emprego não satisfaz completamente, as recompensas são escassas;

3- Estagnação e frustração, ou quase-burnout, O entusiasmo e a energia se transformam em fadiga crônica e irritabilidade. Podem ocorrer comportamentos de fuga, diminuição da produtividade e da qualidade do trabalho. O trabalhador passa a culpar os outros pelas suas dificuldades.

4- Apatia e Burnout total: Esta fase pode durar alguns meses, ou durar de três a quatro anos. A característica principal, é o desespero; Sensação de fracasso e perda da auto estima e auto confiança; depressão e sentimento de solidão e vazio. Um pessimismo paralisante se instala; Quer abandonar tudo, sentindo-se exausta. Neste estágio pode ocorrer suicídio, ataque cardíaco, e acidentes vasculares.

5- O fenômeno Fênix: A pessoa pode ressuscitar como um Fênix das cinzas de um burnout, mas esse processo pode levar algum tempo e ao sair, deve ser realista em suas expectativas com relação ao trabalho. A recomendação é o descanso e o relaxamento. Não levar trabalho para casa. Criar maior equilíbrio em sua vida, investir mais na família, em relacionamentos e atividades sociais, em hobbies, expandindo seu raio de ação para não focar toda a energia no trabalho.

Algumas características pessoais e na relação com o trabalho podem ser desencadeadoras ou facilitadoras para o desenvolvimento do Burnout:

Pessoais	do trabalho	organizacionais	Sociais
Idade	Tipo de Ocupação	Ambiente Físico	Suporte Social
Sexo	Tempo de profissão	Mudanças organizacionais	Suporte familiar
Nível educacional	Sobrecarga	Normas institucionais	Cultura
Filhos	Inter-relações	Burocracia	Prestígio
Personalidade	Conflito de papéis	Comunicação	
Motivação	Suporte Organizacional	Autonomia	
Idealismo	Satisfação	Recompensas	
	Conflitos com Valores Pessoais	Segurança	
	Falta de feedback		

Fonte: Pereira, (2002).

## ASÍNDROME DE BURNOUT EM ASSISTENTES SOCIAIS

O Assistente Social é um dos fortes candidatos à Síndrome de Burnout, pela própria dinâmica da prática profissional. É ao assistente social que o usuário revela todas suas queixas desde a mais simples

até a mais profunda. Diante dele, desabafa sua fome física e da alma, de seus desafetos, de seus sonhos, esperanças e indignações.

Na trajetória profissional, percebe-se que a prática exige competência, equilíbrio, controle, conhecimento e auto conhecimento. Esses são elementos imprescindíveis para que não se perca o prumo, o bom senso, a lucidez e o prazer de atuar.

Segundo Adriana de Araújo Bispo, a partir do contato diário com outros assistentes sociais foi possível perceber certo desgaste, sobrecarga, irritação, desmotivação e queixas recorrentes, não só pertinente a salário e condições de trabalho, mas também de sensação de esgotamento, de desânimo, derivados da difícil prática cotidiana. Este fator a levou a levantar uma pesquisa sobre a Síndrome de Burnout com 75 assistentes sociais atuando principalmente nas áreas de Saúde, Ação Comunitária e Cidadania, Administração, na cidade de Santos, litoral de São Paulo.

A prática profissional envolvia: atendimento e orientação ao usuário, plantões de prestação de serviços, encaminhamentos a diversos setores da rede pública, privada, e organizações não governamentais, assessorias, participação em conselhos municipais de direitos e comissões técnicas, reuniões intersetoriais, supervisão de estágio, visitas domiciliares, pesquisas de campo além de dedicação específica aos projetos sociais em que estavam inseridos. No período da pesquisa já pode ser constatados vários casos de licença médica de profissionais. A partir do questionário Maslach Burnout Inventory, foi constatado que os profissionais apresentavam indícios de Exaustão Emocional e de Reduzida Realização Profissional.

Esta pesquisa teve o objetivo de alertar os profissionais da área. Foi possível constatar que a natureza da profissão provoca um envolvimento emocional muito grande e conseqüentemente gera a exaustão emocional. A prática exige auto controle e equilíbrio todos os dias, e em cada atendimento, diante da população de rua, os usuários de drogas, grupos de riscos, portadores de deficiência, a morte, a prisão, a violência. As polaridades vivenciadas são muito fortes, e provoca indignação, revolta, perplexidade, que às vezes culminam no afastamento da profissão (RODRIGUES; LIMENA, 2006).

Um dos grandes desafios é então conciliar razão e emoção, aprendendo a substituir a cultura da pressa, do sacrifício, da

especialização, por uma melhor qualidade de vida, da afetividade, para que não sejam contaminados pela Síndrome de Burnout.

## SINTOMAS DO BURNOUT

FÍSICOS	COMPORTEMENTAIS	PSIQUICOS	DEFENSIVOS
Fadiga constante e progressiva	Negligencia ou excesso de escrúpulos	Falta de atenção, de concentração.	Tendência ao isolamento
Distúrbio do sono/Dores musculares	Agressividade Irritabilidade	Lentidão do pensamento/ Alteração da memória	Sentimento de onipotência
Cefaléias	Incapacidade de relaxar	Sentimento de alienação/solidão	Desinteresse pelo trabalho/lazer
Problema Gastrintestinal	Dificuldade na aceitação de mudanças	impaciência	Absenteísmo
Imunodeficiência no trato Cardiovascular	Perda de iniciativa	Sentimento de insuficiência	Ironia, cinismo
Distúrbio do sistema respiratório	Aumento do consumo de Substancias	Baixa auto estima/ Dificuldade de auto aceitação	
Disfunção Sexual/	Comportamento. alto risco	Desanimo depressão	
Alterações menstruais	Suicídio	Desconfiança/ paranóia	

Fonte: Pereira, (2002).

## DIFERENÇAS ENTRE STRESS E BURNOUT

Stress e Burnout são condições distintas, embora o agravamento do Stress por falta de cuidados e atenção específica, possa levar ao Burnout.

O termo stress, derivado do latim, foi usado pela primeira vez na língua inglesa no séc. XVIII para descrever aflição, opressão. Em 1926 o endocrinologista Hans Selye denominou de stress ou “Síndrome de adaptação”, como um conjunto de sintomas decorrentes de uma experiência de angústia ou tristeza. Marilda Lipp definiu o stress como:

“Uma reação do organismo, com componentes físicos e/ou psicológicos, causada pelas alterações psicofisiológicas que ocorrem quando a pessoa se confronta com uma situação que, de um modo ou de outro, a irrite, amedronte, excite ou confunda, ou mesmo que a faça imensamente feliz” (LIPP, 2002).

A resposta de stress é necessária ao ser humano pois permite ao organismo uma reação a uma situação. O Stress é uma reação perfeitamente normal do organismo e indispensável para a sobrevivência humana. Ele prepara o ser humano para enfrentar uma situação de grande perigo ou uma emoção muito forte. Sem ele o ser humano ficaria paralisado, sem ação, o que seria extremamente desfavorável em determinadas situações (LIPP, 2002).

Segundo Selye, existem duas faces do stress:

**EUSTRESSE:** A resposta que estimula o indivíduo trazendo o crescimento, prazer e o desenvolvimento intelectual e emocional.

**DISTRESSE:** Um estressor de carácter negativo, mais prolongado ou de maior gravidade, que ultrapassa um determinado limite, dependendo das perdas e transtornos que acarreta ou ameaça.

O processo de stress também interfere na função imunológica, e deixa a pessoa mais vulnerável a doenças oportunistas. Pode causar problemas na pele, pulmões, musculatura, e gastrointestinais. Só a presença de estímulos estressores não provoca automaticamente o estado de stress, pois o agente estressor pode ser benigno. O mesmo estressor pode causar reações distintas em indivíduos dependendo de sua personalidade, sexo, idade, predisposição genética.

O stress causado pelo trabalho ou *stress ocupacional* vem merecendo muita atenção e preocupação nas últimas décadas. O Trabalho ocupa a maior parte do tempo das pessoas. Há uma prolongada jornada de trabalho, com raras pausas de descanso ou

refeições breves e em lugares pouco confortáveis. O ritmo de trabalho é intenso exigindo altos níveis de atenção e concentração para a execução das tarefas.

A Organização Mundial de Saúde e o Banco Mundial estimam que as doenças neuropsiquiátricas atinjam uma a cada quatro pessoas em todo o mundo, e chega a 40% se for incluso os distúrbios ligados ao stress. O stress está associado ao aumento dos custos de assistência médica e aos índices de absenteísmo ao trabalho (LIPP, 2004).

Há também uma pressão exercida especialmente pelas novas tecnologias exigindo do individuo uma adaptação sem um preparo prévio, favorecendo a tensão, a insatisfação e a ansiedade, dando origem ao stress crônico; a Síndrome de Burnout.

O stress ocupacional é definido como:

“Uma reação prejudicial, de ordem física e emocional, que ocorrem quando as exigências do trabalho não estão de acordo com as capacidades, recursos ou necessidades do trabalhador” (LIPP, 2004).

Entre os fatores que contribuem para o stress ocupacional, no caso do professor, estão os conteúdos curriculares dissociados da demanda, a falta de capacitação para lidar com questões pertinentes ao próprio trabalho, a necessidade de manutenção da disciplina entre os alunos, a sobrecarga de trabalho extra classe, o clima organizacional da instituição de ensino, sala de aulas com numerosos alunos, entre outros.

As conseqüências para o professor, vão desde vulnerabilidade à infecções, úlceras, hipertensão, diabetes, alergia, até distúrbio da memória, crise de ansiedade, dificuldade de concentração, taquicardia, ranger os dentes, e dores musculares (BURGER, 2003).

Um dado interessante que diferencia o Stress do Burnout é o fato, por exemplo de que uma pessoa com alto nível de stress manifesta prazer na atividade profissional e ao tirar férias volta com força total, recuperada do quadro de stress. Já no Burnout a folga ou as férias sem outro acompanhamento específico como terapia psicológica, não representa descanso; à volta ao trabalho não traz satisfação. Um

engenheiro de sistemas por exemplo, pode sofrer de stress ocupacional devido à sobrecarga de trabalho, mas dificilmente desenvolverá atitudes defensivas na despersonalização, característica da síndrome de burnout (BURGER, 2003).

O stress pode apresentar aspectos positivos ou negativos. O Burnout tem sempre um caráter negativo (distresse).

O Burnout está sempre relacionado com o mundo do trabalho, e comporta uma dimensão social, inter-relacional, através da despersonalização, o que não acontece com o stress ocupacional.

No Burnout, a relação do profissional com a pessoa a quem ele presta serviço é afetada visivelmente pela falta de empatia, pelo distanciamento e hostilidade.

Outra diferença significativa entre Burnout e depressão é que esta última apresenta sentimentos de culpa e derrota e uma maior submissão à letargia, enquanto que no Burnout o sentimento é de tristeza e de desapontamento e a pessoa afetada pelo Burnout identifica o trabalho como causa principal (PEREIRA,2002).

## **BURNOUT E O PROFESSOR**

As universidades brasileiras, em atendimento às necessidades de um mercado crescente, na busca de eficiência organizaram-se como uma unidade de produção criando assim linhas de produção para cada profissional de acordo com seu conhecimento. A universidade privada, segundo Buarque foi vinculada a um modelo corporativo e empreendedor, adotando uma crença neoliberal de que tudo é mercadoria e que o mercado regula as relações, e, por consequência, o estudante é o cliente e compra um serviço.

A educação acabou sendo vista como um negócio rentável e a competitividade, a lucratividade e a produção em massa passaram a ser os norteadores das instituições de nível superior. Assim a massificação da sociedade industrial moderna que também foi inserida nas universidades, traz prejuízos às pessoas que estão envolvidas neste processo, neste caso, professor e aluno.

O papel do professor tem se modificado com as transformações rápidas ocorridas no contexto social dos últimos anos, que tem tentado

atender as expectativas desta sociedade em constantes mudanças (ESTEVE, 1999).

Numa visão sociológica, quanto mais a economia capitalista avança, aumenta a preocupação com a eficiência, e as tarefas de auto nível passam a ser rotineiras, e há a diminuição do tempo para executar o trabalho, para a atualização profissional, para o lazer, e o convívio social (ESTEVE, 1999).

As contradições sociais empurrando a educação para impasses que parecem insolúveis. Exige-se muito do educador; O educador se exige muito; pouco a pouco desiste, entra em Burnout. (CODO, 1999)

Esteve (1999) alerta sobre um possível e sério estado de desorientação e tensão nos educadores, em resposta a esta profunda e exigente busca do saber, e a adaptação a este novo paradigma na educação, que os obrigam a radicais mudanças em período de tempo muito curtos.

De acordo com Pereira, o professor de ensino superior tem como responsabilidade desenvolver em seu plano de trabalho, uma carga horária voltada para pesquisas, mas as extensas horas de ensino não lhe permitem tempo para esta investigação e às vezes nem para preparar as aulas do dia seguinte (PEREIRA, 2002).

Do ponto de vista político, numa visão macro, os fatores como as tendências globais e políticas governamentais também interferem e geram tensões na atuação do professor. E numa visão intermediária este profissional também é constantemente bombardeado por interesses corporativistas. Esta exigência pode estimular o enriquecimento, mas também pode gerar situações de tensões que podem levá-lo ao estresse no trabalho, e estes estressores se não administrados corretamente podem levar ao estado crônico como a síndrome de Burnout (PEREIRA, 2002).

A ocorrência desta síndrome em professores é considerada atualmente um problema social de extrema relevância e está vinculado a grandes custos organizacionais, devido à rotatividade de pessoal, absenteísmo, problemas de produtividade e qualidade. Professores com esta síndrome influenciam o ambiente educacional e interferem na obtenção de objetivos pedagógicos (BURGER, 2003).

A consequência desta síndrome é o desenvolvimento de “deficiências” na sua prática profissional, como o planejamento de aulas com atrasos ou menos criterioso, menos criatividade em sala de aula, e sentir menos simpatia pelo aluno (BURGER, 2003).

Kyriacou, especialista em pesquisa sobre stress em professores, sugere sete áreas de stress e Burnout em professores:

1. Alunos com atitudes negativas e falta de motivação em relação ao trabalho escolar; Indisciplina dos alunos;
2. Mudanças rápidas nas exigências curriculares organizacionais;
3. Condições de trabalho negativas (perspectiva de carreira, recursos);
4. Pressões de tempo e excesso de trabalho;
5. Conflitos com colegas;
6. Desvalorização pela sociedade.

Outros autores definem Burnout como um estado de exaustão física, emocional e mental causada por aspirações elevadas, irrealistas e metas ilusórias e impossíveis (ESTEVE,1999).

## **BURNOUT E O PROFESSOR QUANTO AO GÊNERO**

Uma pesquisa levantou que mulheres do ensino universitário, apresentavam níveis mais altos de exaustão emocional que seus colegas homens. Nas pesquisas com professores do ensino médio e fundamental no interior do Estado de São Paulo, a Prof<sup>a</sup>. Dra. Marilda Lipp não constatou diferença significativa na relação entre a presença de stress e Burnout com gênero.

Codo (1999), defende que está havendo um processo de desfeminização da profissão, que historicamente sempre foi feminina. Ano a ano aumenta o número de homens ingressando na profissão docente. Nas pesquisas de Wanderley Codo, as mulheres continuam predominando a categoria no fundamental I (1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série), no fundamental II (5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup>) a presença masculina é significativa; no 2<sup>o</sup> grau eles representam 39% e no nível superior já não dá para dizer que é uma categoria feminina, havendo uma predominância discreta das mulheres.

Esta descaracterização sofrida tanto pela mulher como pelo homem no contexto de trabalho também seria um dos responsáveis pelo desencadeamento do Burnout (CODO, 1999). O autor diz ainda que essa mudança gradual no quadro desta categoria, exige maior cuidado nas afirmações quanto a gênero. Mas ainda, assim, famílias onde o casal com filhos pequenos trabalha estão mais sujeitas aos conflitos, e a disponibilidade para o cuidado dos filhos e da casa afeta, sobretudo, as mulheres. Segundo o autor as responsabilidades familiares têm impacto sobre as responsabilidades do trabalho, influenciando na atuação do trabalhador. Doenças dos filhos, crise conjugal, repercutem no trabalho, e as atividades de final de semestre da instituição de ensino, obrigam o professor a levar trabalho para casa o que gera conflitos familiares também.

Outro estudo mostra que as pessoas não trabalham só pela recompensa financeira, mas pelo que o próprio trabalho significa para elas, e querem sentir que o que fazem é importante e que estejam contribuindo para algo maior. O estudo completa destacando que ninguém sofrerá o Burnout se não tiver o perfil acima citado. Não poderá ter "Burnout" ("consumir-se em chamas") se não esteve "on fire" (em chamas, ardente). "A estrada para o Burnout é pavimentada com boas intenções" (CODO, 1999).

O professor de ensino superior é, do ponto de vista institucional, aquele cujo plano de trabalho dispõe de horas de pesquisas, mas é também aquele cujas horas em ensino são tantas que não lhe deixa espaço para investigações e às vezes nem tempo para preparar as aulas do dia seguinte. Do ponto de vista político, é o que vive as tensões da própria área de conhecimento, que por vezes é impregnada de corporativismo. Do ponto de vista profissional é aquele que está permanentemente sob um crivo crítico, desde o início da carreira, através de avaliações sistemáticas prevendo ascensão profissional, do envolvimento de trabalho extra em eventos, apresentação de projetos e relatórios de atividades e de pesquisa. O professor universitário caracteriza-se pela diversidade, pela pluralidade de opções, caminhos, alternativas e tensões. Da mesma forma que esta configuração pode trazer enriquecimento profissional, também pode ser um desencadeador para um quadro de stress no trabalho. E esses estressores ao persistirem transformam-se no Burnout, a síndrome típica do cotidiano do trabalho.

Alguns estudos apontam que nenhuma profissão se desgasta mais rapidamente do que a de professor.

A educação pode ser associada ao Burnout devido ao alto nível de expectativa de seus profissionais que não pode ser totalmente preenchida.

•

## MEDIDAS DE PREVENÇÃO E INTERVENÇÃO

Alguns pesquisadores acreditam que medidas tanto de prevenção quanto de intervenção devem ser individualizadas conforme a personalidade e a situação vivenciada de cada professor, como seguem:

- Criação de treinamento técnico e interpessoal para qualificar o profissional para trabalhar em equipe e compatível com as necessidades dos alunos.
- Renovação constante de recursos e técnicas administrativo-pedagógicas.
- Resgatar valores humanos no trabalho. Identificar os valores que norteiam sua vida.
- Socialização das dificuldades individuais com colegas de trabalho, num clima de respeito e conforto emocional. Criar grupos de apoio com colegas para discutir temas relacionados ao trabalho. O apoio social por parte de outros professores parece ser um dos meios mais eficazes para combater o Burnout.
- Fazer uma auto avaliação diária do que realmente interessa a si próprio; Buscar o sentido do seu trabalho, reconhecendo a importância do que faz para a sociedade. Focalizar os aspectos positivos da situação de trabalho.
- Determinar o que pode e o que não pode ser controlado; Ser realista com suas expectativas profissionais.
- Organizar melhor o tempo e estabelecer prioridades, planejando realizar apenas a metade do que gostaria de executar.
- Aprender a dizer não às obrigações desnecessárias; Tentar fazer algo agradável para si mesmo todos os dias sem se culpar por isso.

- Desenvolver técnicas de relaxamento, praticar exercícios; Rir bastante Buscar coisas que possam fazê-lo rir.
- Manter atividades sociais. Praticar algum *hobbie* diário.

## A PESQUISA

O objetivo da pesquisa foi investigar a possibilidade da presença da Síndrome de Burnout em professores universitários do serviço social, e conhecer a repercussão dela na qualidade de vida dos profissionais e nos serviços prestados à sociedade. Foi demonstrado através desta pesquisa, o cotidiano profissional do professor, como estariam as suas expectativas com relação à sua profissão e aos alunos, e o quanto que isso pode implicar em sua performance física, mental e emocional.

O instrumental utilizado para a realização do trabalho foi um questionário quantitativo de auto informe, Maslach Inventory Burnout (MBI) de Christina Maslach psicóloga social e especialista na saúde do trabalhador que foi adaptado e traduzido pela Universidade Nacional de Brasília (CODO, 1999, p.244), para possibilitar a avaliação da incidência do Burnout (anexo 02). E um outro questionário de identificação (anexo 03), para contextualizar o perfil profissional aos dados pessoais.

Para a pesquisa foram contatadas por telefone e/ou e-mail (anexo 01), desde Junho de 2006, dezesseis faculdades de Serviço Social do Estado de São Paulo, estimando-se um universo total de 63 professores participantes (estimativa de 04 participantes por faculdades). Houve a participação de 22 professores representando 35% do universo contatado.

## INSTRUMENTO DA PESQUISA – MBI

Para a mensuração do Burnout em professores foi utilizado o Inventário *Maslach Inventory Burnout* (MBI), traduzido no livro "Educação: Carinho e Trabalho, de W. Codo, 1999". O MBI avalia três dimensões: Exaustão Emocional (EE) 09 itens, Despersonalização (DE) 05 itens, e Realização Profissional (RP) 08 itens, num total de 22 itens.

São considerados pontos negativos os escores Exaustão Emocional (EE) e a Despersonalização (DE), e o escore Realização Profissional como ponto positivo, pois quando presente é capaz de atenuar o desenvolvimento da síndrome.

Considera-se uma pessoa com Burnout quando pelo menos duas das três dimensões estão alteradas negativamente, e como "Tendência ao Burnout" quando uma das dimensões está alterada e as outras duas estão na média. Quanto à avaliação dos resultados MBI, a partir de adaptação feita por W. Codo (Quadro 1): Composto por três indicadores; nunca(0), às vezes (3 pontos), e todos os dias (06 pontos).

As zonas de corte são baseadas em estudos de validação de Benevides-Pereira, 2002, conforme o quadro abaixo:

Pontos de Corte	RP (Realização Profissional)	EE (Exaustão Emocional)	DE (Despersonalização)
Alto	43	26	09
Médio	34-42	16-25	03-08
Baixo	33	15	02

Fonte: Pereira (2002, p.77).

## TABELA PARA AVALIAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Quadro 1. Pontuação das questões.

Nunca	s vezes	Todos os Dias
0 pontos	03 pontos	06 pontos

Quadro 2. Classificação das Questões.

Dimensões do Burnout	Questões Referentes
Exaustão Emocional	1,2,3,6,8,13,14,16,20
Despersonalização	5,10,11,15,22
Realização Profissional	4,7,9,12,17,18,19,21

Tradução : Codo (1999, p.244).

Fonte : Reinhold (2004 p 46,47).

Assinale com um x no quadro correspondente, à frequência com que os sentimentos descritos, aconteceram em seu trabalho de professor.

•

Quadro 3. Questionário para pesquisar a incidência da Síndrome de burnout.

Nº	SENTIMENTO	Às Vezes	Todos os Dias
01	Sinto-me emocionalmente esgotado pelo meu trabalho		
02	No fim do meu dia de trabalho sinto-me desgastado		
03	Sinto-me cansado quando levanto de manhã		
04	Posso compreender facilmente os problemas de meus alunos		
05	Sinto que estou tratando alguns alunos como se fossem "objetos" impessoais		
06	Trabalhar com pessoas o dia todo causa-me muita tensão		
07	Lido com os problemas de meus alunos de modo muito eficiente		
08	Estou exausto em função do meu trabalho		
09	Acho que estou influenciando positivamente as vidas de outras pessoas através de meu trabalho		
10	Tornei-me mais insensível com as pessoas, depois que comecei a lecionar		
11	Estou preocupado que este trabalho está embotando as minhas emoções		
12	Sinto-me muito ativo		
13	Sinto-me frustrado no meu trabalho		
14	Sinto que estou trabalhando demais na escola		
15	Não me importo realmente como que acontece com certos alunos		
16	Trabalhar diretamente com pessoas é muito estressante para mim		
17	Consigo criar facilmente um ambiente onde os alunos se sentem à vontade		
18	Sinto-me contente ao trabalhar em contato direto com meus alunos		
19	Consegui realizar muitas coisas compensadoras no meu trabalho		
20	Sinto que estou no fim das minhas forças		
21	No meu trabalho consigo lidar calmamente com problemas emocionais		
22	Sinto que os alunos me culpam por alguns de seus problemas		

## RESULTADOS

Segundo o questionário de identificação respondido: 22 professores (100%) são do sexo feminino, 13 têm acima de 55 anos (60%), e 07 têm entre 45 a 54 anos(32%), 15 são casados (70%), 14 lecionam há mais de 21 anos(65%), 18 lecionam em uma única instituição (85%), e 14 ministram de 02 a 04 disciplinas (65%) sendo que 15 deles dão aula em salas de 100 a 300 alunos(69%).

A partir dos pré requisitos para a avaliação das respostas do instrumento de pesquisa utilizado (MBI), quanto ao índice geral do Burnout, foi constatado que dos 22 questionários respondidos 16(73%) não apresentaram a síndrome; 04 (18%) apresentaram Tendência ao Burnout, e 02 (9%) apresentaram a síndrome de Burnout já desenvolvidas.

- Quanto a Exaustão Emocional (EE) pelos resultados apurados, foi constatado que 10 professores (45%) não apresentaram Exaustão Emocional; 05 (23%) apresentaram pontuação baixa ; 06 (27%) tiveram pontuação média e 01 (5%)apresentou pontuação alta em Exaustão Emocional.

- Quanto a Despersonalização (DE): Os resultados indicaram que 15 professores (70%) não sofrem com a despersonalização, e que 07 (30%) constatarem uma pontuação média em despersonalização.

- Quanto a Realização Profissional (RP): Os resultados indicaram que 06 professores (27%) mantêm uma alta Realização Profissional ; e 13 (57%)têm uma Média Realização Profissional; 02 (9%) das respostas uma baixa RP; e 01(5%) não atingiu a pontuação mínima de Realização Profissional.

Os resultados indicam que a maioria dos professores desenvolve subsídios internos para atenuar o stress ocupacional originado em seu cotidiano e que têm em suas características pessoais, fatores inibidores para o desenvolvimento da síndrome como aponta a pesquisadora Pereira (2002, p.69). Este indicador também confirma os estudos de Maslach, de que a maior ocorrência de Burnout está entre os profissionais mais jovens, até os trinta anos de idade, atribuindo este fato ao choque entre a realidade do trabalho encontrada e suas expectativas pessoais.

Os dados também confirmam os estudos de Codo (1999) de que há menor incidência do Burnout em profissionais que atuam há mais de 15 anos na função docente.

A pontuação alta e média no escore Realização Profissional constatada nesta pesquisa, indica que a satisfação profissional é um fator atenuante ou inibidor do Burnout, pois equilibra aspectos tidos como negativos na avaliação das respostas deste questionário; a exaustão emocional e a despersonalização.

Os profissionais classificados segundo o questionário, com “tendência ao Burnout” também mantiveram um nível alto e médio no escore Realização Profissional, porém com alta pontuação em Exaustão Emocional e média em Despersonalização, podendo sinalizar para o fator da personalidade no resultado, segundo estudos de Pereira, (2002):

- O que determinou a caracterização dos profissionais com o Burnout já desenvolvido foi a pontuação alta nos escores Exaustão Emocional e Despersonalização e pontuação baixa e média escore Realização Profissional, confirmando estudos de Maslach. Quanto a Exaustão Emocional (EE), é um indicador considerado negativo segundo o Inventário para mensuração do Burnout, para a avaliação das respostas e o primeiro a ser medido, pois este é o sintoma inicial do processo da síndrome. A Exaustão Emocional é a sensação de não dispor mais de energia, de haver chegado ao limites das suas possibilidades.

Os resultados indicam que a maioria dos profissionais (45%), mesmo sofrendo as tensões inerentes ao contexto socioeconômico e político atual, que interferem na área da educação, não estão com exaustão emocional, revelando que se sentem com energia suficiente para continuar a exercer sua prática profissional.

- Quanto a Despersonalização (DE) : É o segundo indicador da síndrome e assim como o primeiro, é um fator negativo na avaliação das respostas do inventario do Burnout.

Foi observado que um professor não respondeu á duas questões desta dimensão.

Outro comentário de um professor que precedeu as respostas do seu questionário: “Não sei se contribuirei para a pesquisa de seu trabalho, pois gosto muito do que faço.”

Estas observações podem confirmar a hipótese de alguns autores como que acreditam que o número reduzido de questões (05) para esta dimensão não contempla a realidade vivenciada pelos professores.

Segundo Tamayo questões como a de n.05 “Sinto que trato alguns alunos como se fossem objetos”, pode causar impacto para quem responde o questionário tornando a resposta difícil por esta não atender ao que se espera culturalmente na nossa sociedade, de um bom profissional de serviços humanos.

A adaptação de Codo (1999) das graduações de respostas, passando de seis do questionário original para três; Nunca, Às vezes, e Todos os dias , pode ter sido outro fator de interferência nas respostas, pois deixa poucas possibilidades intermediárias, como mostra o comentário de uma professora no momento da entrega do questionário respondido: “ Será que não caberiam outras opções de respostas entre estas existentes?” Algumas respostas podem não se encaixar nestas três opções”.

O comentário acima também se referiu às poucas opções de respostas na dimensão Realização Profissional.

Baseado nas respostas do questionário, pode-se afirmar que a maioria destes profissionais, não se distanciou de seu público estudante nem de seus colegas, preservando sua personalidade, valendo-se de seus meios internos para enfrentar as adversidades do cotidiano:

- Quanto a Realização Profissional: Esta dimensão é considerada um fator positivo, pois é o ponto de equilíbrio que ameniza ou inibe o desenvolvimento da síndrome. Refere-se à satisfação que a profissão assegura ao professor, e através dela, conseguem a energia suficiente para equilibrar-se diante das “aguras” da profissão e não se deixam acometer pela síndrome de Burnout.

Nesta dimensão houve 04 questões de um mesmo questionário que ficaram sem resposta, sugerindo que o profissional pesquisado poderia estar em desacordo com as opções das respostas ou do tipo da pergunta, como mencionamos anteriormente sobre estudos de alguns autores. (PEREIRA, 2002).

Além disso também houve o comentário de uma professora acima citado referindo-se também a esta dimensão: “Será que não caberiam outras opções de respostas entre estas existentes?” Algumas respostas podem não se encaixar nestas três opções”.

Estas observações sugerem que a formatação do questionário original com seis graduações de respostas talvez pudesse fornecer um perfil mais detalhado do professor. E que esta adaptação utilizada por W. Codo em sua pesquisa com professores do ensino fundamental e médio e por Reinhold, (2004) em sua tese de Doutorado, também com a educação básica, não esteja perfeitamente adequada ao universo desta pesquisa, com professores universitários que, por exigência natural de sua prática profissional no nível superior de ensino, tenham um nível de elaboração mais elevado, e portanto exigindo uma flexibilidade maior de possibilidades de respostas. Conforme afirma Mary Sandra Carlotto (in Benevides, Pereira, 2002), na relação do Burnout com professores universitários, o fator gerador principal é a pressão exercida para o desenvolvimento de pesquisas e a publicação científica.

Os dados recolhidos sugerem que o cenário sócio econômico político atual do país, com mudanças bruscas e urgência na adequação destes, contribui para o desgaste e a insatisfação com a profissão, mas que estas são relevadas em prol de ideais inerentes a esses profissionais.

O comprometimento dos professores com a formação profissional do aluno, foi comprovado através de alguns de seus comentários e atitudes durante o trabalho de pesquisa como segue:

“Anexo, questionário respondido. Desculpe ser no último dia, pois tive problemas de saúde na família. Informo que enviei a todos os professores do curso, solicitando resposta e envio para você. Obs. Se puder me mandar uma cópia do TCC quando terminar ficarei muito grata, pois o assunto é muito interessante e inovador, pode enviar via e-mail mesmo.” (diretora do curso de S.Social de uma faculdade do interior Paulista).

“Recebi seu e-mail pedindo a colaboração dos professores. Eu já enviei o meu. Estou perguntando porque estou preocupada com seu TCC” (professora do curso de Serviço Social).

“ Por que o questionário do Brasil é mais radical do que o Americano?(referência ao MBI original, onde constam seis opções de respostas).O questionário usado para sua pesquisa refere-se à educação básica, não é?” Talvez isso deva constar na sua análise de dados.” (professora do curso de Serviço Social).

“Eu acho que tem uma tese de doutorado sobre Burnout na PUC SP...” (Professora do curso de serviço social em resposta ao meu comentário de que teria pouco material sobre o MBI no Brasil).

“Este é o sexto questionário que estamos enviando. Assim que chegarem mais, o mandaremos. Boa sorte!” (secretaria do curso de serviço social).

“Já conversei com a profissional sobre sua pesquisa. Ela está aguardando seu telefonema para agendar um horário. Fale em meu nome.” (ex-professora da PUC Campinas, em resposta ao meu pedido sobre coleta de material sobre o stress).”

Os comentários citados confirmam estudos de Pereira (2002), sobre o compromisso para com seus valores, para com a formação profissional que permita aos alunos uma intervenção na realidade social vigente no país de forma ética, profissional, e eficaz, seriam elementos revigorantes, estimulantes para a permanência e para a qualidade na função docente, e portanto fatores inibidores para o desenvolvimento do Burnout.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A assistência social é reconhecida desde a Constituição de 1988, como política pública. É dever do Estado e direito de cidadania. Essa normatização abre novas frentes de luta para a preservação do princípio de universalidade em sua abrangência a todos os cidadãos. Abrem-se novos canais de participação e estes recusam a condição dos cidadãos como “maioria silenciosa” ou “clientes” dos detentores do poder econômico e político, caricatura de uma cidadania estabelecida pelas regras de mercado . Isso porque o cidadão deve ser reconhecido como sujeito de direitos do poder e da historia presentes nos espaços sociais e políticos. A formação profissional

deve viabilizar condições para que os novos assistentes sociais sejam sensíveis e solidários ao processo de criação de uma nova cidadania voltada para a incorporação política progressiva dos setores excluídos de direitos na prática social, estimulando novas formas de sociabilidade, para ultrapassar o individualismo e combater a ideologia liberal.

O professor universitário do curso de Serviço Social traz consigo a responsabilidade da formação profissional de indivíduos cuja prática profissional será exercida num cenário político e social tão profundamente conturbado, tenso, extremamente competitivo e desigual, e carente de valores éticos.

Tais compromissos podem elevar ainda mais o nível de pressão a que esses profissionais estão expostos, ocasionando um desgaste físico e emocional significativo.

Mesmo diante da constatação de que a maioria pesquisada não sofre da Síndrome de Burnout, seria prudente que as Universidades promovessem programas de revitalização da prática docente através de dinâmicas grupais para estimular a reflexão do cotidiano profissional, trabalhando também a motivação pessoal, de um suporte psicológico disponível específico para serviço social, de eventos que promovessem a confraternização do corpo docente e de seus colaboradores, para manter e/ou renovar o interesse pela rotina acadêmica e para favorecer a coletividade, como sugere a prática do Serviço Social.

Se as instituições de ensino precisam se “adequar” às exigências mercantilistas do nosso sistema econômico impondo aos profissionais da educação, respostas rápidas e eficazes à demanda, igualmente deveriam adequar-se ao modelo de suporte adotado pelas grandes corporações que desenvolvem programas para melhorar a qualidade de vida do trabalhador, extensivo aos seus familiares, como alimentação equilibrada direcionada ao tipo de atividade laboral, entre outros subsídios. Em algumas corporações por exemplo, propõe-se a terapia do “soco”, que consiste numa sala disponível para o trabalhador descarregar sua raiva, socando um enorme boneco que representa a razão do seu “desafeto”, (como um chefe de setor, um gerente). Outras corporações dispõem para funcionários espaços para descanso, com poltronas confortáveis,

em ambiente arejado e acolhedor e totalmente isolados do ambiente laboral. Enfim todas as empresas têm em comum o interesse em investir na qualidade de vida do trabalhador, cientes de que o resultado positivo desse investimento é comprovado nos seus balanços financeiros, através de uma melhor produtividade da equipe como também sabem que a prevenção tem um custo infinitamente menor do que o tratamento. As instituições de ensino devem atentar para as estatísticas sobre enfermidades de trabalhadores, senão em prol da boa imagem pois professores desgastados e desmotivados não reproduzem uma boa imagem, ou pela redução orçamentária que a prevenção pode lhe trazer, já que a palavra chave desta nossa época é economia.

O grande apelo deste trabalho de pesquisa foi de sensibilizar os profissionais para a síndrome de Burnout e estimular à reflexão de seus papéis na sociedade de educador e portanto de agentes de transformação social portadores de uma grande importância e responsabilidade na emancipação da população de um país.

Os objetivos começaram a ser alcançados desde os primeiros contatos com os profissionais envolvidos na pesquisa, e continuaram gerando reflexões, questionamentos, atitudes com os profissionais envolvidos em todo seu processo de execução. Foi uma semente plantada nos vários ambientes acadêmicos, de estágio, e em todos os locais por onde percorreu este trabalho de pesquisa. A meta foi alcançada, mas o processo continua. Através das reflexões geradas, outros trabalhos de pesquisas surgirão acrescentando novos dados, em novos grupos de seres humanos.

## REFERÊNCIAS

BURGER, M.A.F. **Burnout e Trabalho Universitário Produtivo**. 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2003.

CAETANO, D. (Tradução). **Classificação dos transtornos mentais e de comportamento da CID –10**, Ed. Artmed, Porto Alegre, 1993.

CODO, W. (Coord.). **Educação: Carinho e trabalho**. 3.ed. Ed. Vozes, Rio de Janeiro, 1999.

ESTEVE, J.M. **O mal estar docente**. Ed. Edusc, Bauru, 1999.

FAUSTINI, M.S.A. **O ensino no Serviço Social**. Edipucrs, PortoAlegre, 2004.

FONSECA, L.M.C.B. Condições de trabalho e adoecimento na guarda municipal de Santos. In: **Serviço Social e Sociedade**, v.XXVI, n.82 p.160-188, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. 29.ed. Paz e Terra, São Paulo, 2004.

IAMAMOTO, M.V. **O serviço Social na Contemporaneidade**. 6.ed. Ed. Cortez, São Paulo, 2003.

LIPP, M.E.N. (Org.). **O stress do professor**. 3.ed. Ed. Papyrus, Campinas, 2002.

LIPP, M.E.N. (Org.). **O stress no Brasil: Pesquisas avançadas**. Ed. Papyrus, Campinas, 2004.

MASLACH, C.; LEITTER, M.P. **Trabalho: Fonte de Prazer ou Desgaste?** Ed. Papyrus Campinas, 1999.

PEREIRA, A.M.T.B. (Org.). **Burnout: Quando o trabalho ameaça o bem estar do Trabalhador**. 2.ed. Casa do psicólogo, 2002.

REINHOLD, H.H. **O sentido da vida: Prevenção de stress e burnout do Professor**. 2004. Tese (Doutorado em Psicologia escolar) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2004.

RODRIGUES, M.L.; LIMENA, M.M.C. (Orgs.). **Metodologias Multidimensionais em ciências humanas**. Série Pesquisas, Ed. Líder livros, Brasília, 2006.

SILVA, A.A. A profissão de Assistente Social no limiar do novo século. In: **Cadernos de Serviço Social**, v.IX, n.14, p.7-40, 1999.

## O ESTIGMA DA DOENÇA MENTAL: SOFRIMENTOS E SUPERAÇÕES<sup>1</sup>

Maria Claudia FESTA<sup>2</sup>  
Mirian FAURY<sup>3</sup>

### RESUMO

O presente texto publiciza as reflexões de uma pesquisa realizada no município de Sorocaba/SP em 2003, por ocasião da finalização do curso em Serviço Social na PUCAMP, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dra. Mirian Faury. Buscou-se verificar a percepção da doença mental na vida das pessoas que vivenciam internações psiquiátricas, seus familiares e profissionais que atuam na área, destacando os estigmas que cercam aqueles que convivem com doenças mentais.

**Palavras-chave:** estigma, reforma psiquiátrica, doenças mentais.

O interesse na reflexão sobre o estigma que recai sobre as pessoas com doenças mentais advém de inquietações suscitadas

---

<sup>1</sup> Artigo realizado sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> em Serviço Social Terezinha Rodrigues.

<sup>2</sup> Bacharel em Serviço Social pela PUC-Campinas. Correspondência para e-mail: <quizfesta@bol.com.br>.

<sup>3</sup> Doutora em Serviço Social. Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "Conhecendo o estigma que recai sobre os portadores de transtornos mentais", finalizado em dezembro/2003. E-mail: <mfaury@puc-campinas.edu.br>.

nas experiências nos campos de estágio<sup>4</sup> as quais possibilitaram a percepção de suas realidades marcadas por intensos sofrimentos e também, esperanças e superações. Situações observadas como as dificuldades nas relações interpessoais e nos vínculos afetivos instigou-nos a aprofundar os estudos sobre o tema.

Neste sentido, efetuamos intenso estudo bibliográfico sobre as questões afetas ao processo saúde – doença mental e através da pesquisa de campo, um estudo exploratório, de natureza qualitativa, realizado no ano de 2003<sup>5</sup> em Sorocaba/SP, verificamos a percepção da doença mental na vida de pessoas que vivenciavam o processo de internação psiquiátrica (06), seus familiares (06) e os profissionais da área (06), totalizando 18 sujeitos. Neste estudo, buscamos também identificar as representações construídas sobre as doenças mentais.

SPINK (2002) enfatiza que as representações fazem parte dos conceitos que orientam as pessoas em seu cotidiano, como uma forma de conhecimento prático que as orientam em suas ações e aparecem articuladas às determinadas visões de mundo.

Sendo assim, desvelar as representações no campo das doenças mentais é importante para compreendermos a vivência daqueles que convivem com esta realidade e enfrentam diversos estigmas. GOFFMAN (1982) conceitua o estigma como toda marca ou cicatriz, imputada a determinados indivíduos ou grupos sociais. Uma vez rotulada, a pessoa com sofrimento psíquico deixa de ser pessoa e passa a ser meramente uma marca. Os sintomas de sua doença ganham realce e ajudam no seu enquadramento diagnóstico de tal forma que em muitos momentos seu nome sequer é lembrado. O internamento e o diagnóstico propiciam a estigmatização daquele que necessita de ajuda. O diagnóstico da doença mental é um fardo pesado do qual não conseguem se desvencilhar e, enquanto uns acreditam na possibilidade de voltar a ter uma vida “normal”, outros duvidam que algum dia voltem a ser como os outros ou como eram antes de adoecer.

<sup>4</sup> Estágio acadêmico nos Hospitais Cândido Ferreira em Souza/Campinas-SP e Psiquiátrico Jardim das Acácias/Sorocaba-SP, no período de 2001 a 2003.

<sup>5</sup> Pesquisa para fins de elaboração da monografia de Conclusão do Curso – Serviço Social. PUC-Campinas, 2003.

Ainda conforme GOFFMAN (1982, p.39) é próprio de o estigma expandir-se do indivíduo estigmatizado para a socialização de seus relacionamentos,

“assim, a mulher fiel do paciente mental, a filha do ex-presidiário, o pai do aleijado, o amigo do cego, a família do carrasco, todos são obrigados a compartilhar um pouco o descrédito do estigmatizado com o qual se relacionam.”

Estas situações foram observadas no campo de estágio, quando em visitas domiciliares objetivando localizar a residência de alguns pacientes, nos deparamos com referências marcadamente de cunho estigmatizante, como: “aquela que esteve internada no hospício na semana passada? Ah, ela mora ali!”; “a mãe do perturbado mental está lá na casa da tia dela”; ou, “aquela louca que diz que é a Madona, mora na terceira casa”. A estas vivências somam-se os depoimentos dos entrevistados:

“os caras me chamam de pirado. Eu não gosto! Não me acho pirado”.

“tem uns seis ou quatro parentes que me tratam com ar de pouco caso, menosprezo. Eles falam: esse aí é louco, coitado. Deixa o louco lá se virar.. vão a tudo que é lugar e nunca me convidaram para nada.”

“eu não tenho amigos, daí fica chato para mim, eu canto, começo a rir, vou falar com os caras e eles pegam no meu pé...me acham pirado”.

Estas representações acerca da “loucura” estão presentes no imaginário social afetando duramente aqueles que convivem com as doenças mentais.

A história da loucura atribui à sociedade, altamente produtiva, à criação do “louco”, do marginal, que em nosso imaginário se apresenta como uma figura agressiva e amedrontadora, propiciando o fortalecimento dos estigmas.

Historicamente, os indivíduos considerados com uma “conduta desviante” representavam medo e perigo para a sociedade além de desonra para a família. ROTELLI (1990) analisa que a associação da loucura com a doença somente foi feita no século XIX, através da construção do conceito de doença mental pela psicopatologia geral positivista e da criação dos asilos psiquiátricos.

Na Idade Média a experiência da loucura não tinha o caráter negativo da exclusão social. O “louco” era marcado com um signo divino que garantia sua livre passagem e sua conservação na sociedade feudal. Com as transformações nos processos produtivos novas relações sociais são estabelecidas, donde milhões de seres humanos se tornam assalariados do capitalismo nascente ou então vagueiam na marginalidade por toda a Europa. Estas populações passam a constituir uma ameaça à segurança da cultura européia e suas cidades. Como solução, os Conselhos de Cidadãos (grandes comerciantes, donos de manufaturas, banqueiros, etc.), propõem à aristocracia e ao clero as Casas de Internamento. Nesta casa, os “miseráveis” permaneciam até que se tornassem “úteis” e “bons” ou até que morressem. Entre estes, encontram-se os “loucos”, misturados entre criminosos e pervertidos, marcando profundamente o rosto da psiquiatria no século XIX, cujo entendimento da loucura torna-se associado ao crime e ao vício.

No modo de produção capitalista a doença se fortalece, torna-se fonte de lucros e se consolida através do uso irrestrito de psicotrópicos, a partir das multinacionais farmacêuticas sendo as formas de tratamento voltadas à exclusão destes sujeitos da sociedade, com isto, isolados e excluídos do convívio social através de sua institucionalização em manicômios.

Como críticas à psiquiatria tradicional, Szasz (1980) aponta a segregação e violência da instituição psiquiátrica, bem como identifica processos de “sofrimento psíquico” como fruto de uma alienação político-social-existencial do indivíduo e propõe alternativas práticas no sentido de renovar a capacidade terapêutica da psiquiatria.

Este sofrimento pode ser percebido nos depoimentos quando os entrevistados relatam sentimentos e as modificações verificadas relativas aos históricos de internações psiquiátricas, afetando sua auto-estima.

“A minha vida é vida de cão. Você sabe o que é passar nesses órgãos sociais, asilos, lares? São verdadeiros campos de concentração! É terrível”.

“(…) o lado ruim foi minha vaidade física. Eu perdi muito a beleza, meus cabelos eram mais bonitos, eu peguei piolho, estragou os meus cabelos. Estraguei os meus dentes. Fisicamente eu fiquei mais feia, mais acabada, muito sofrimento.”

“minha vida ficou mais ruim ....”

“depois de três internações a doença mudou a minha vida, fiquei mais pirado”.

Os depoimentos são significativos demonstrando a maneira como as pessoas que convivem com a doença mental “se percebem” no decorrer do tempo, afetando sua identidade e conseqüentemente a auto-estima, dificultando seus relacionamentos e mesmo, a inserção ao mundo do trabalho. Quando alguém adocece, por algum tempo necessita afastar-se do serviço. O sentimento relativo à exclusão não é tão forte porque existe a expectativa de retornar ao desempenho de suas funções. No caso das doenças mentais, isto muitas vezes não ocorre e as causas talvez estejam relacionadas mais em função do estigma que se cria do doente do que a incapacidade em si. O que percebemos é que os que não são totalmente afastados do trabalho passam a exercer funções menos qualificadas.

“tudo passou a ficar mais difícil, até perdi o meu emprego”.

“eu me sinto bem agora e estou disposto a ganhar um ganha-pão para não viver só de aposentadoria”.

“eu não vendo mais artesanato. Meu trabalho é fritar uma bacia de salgadinhos para vender no nosso bar”.

“trabalho é muito difícil de arrumar, sempre que trabalhei fiquei doente, por isso estou encostado”.

“sobre o trabalho dizem pra eu carregar pedras, construir, trabalhar de servente, mas eu não quero, eu prefiro serviço leve. Me chamam de malandro”.

Os avanços incontestáveis na história da Humanidade vêm possibilitando rever os modelos de atendimento. Familiares, usuários,

profissionais da área e outros sujeitos sociais têm sido fundamentais na luta pela reforma psiquiátrica no cenário brasileiro desde meados da década de 1970. Este movimento visa a transformação do paradigma tradicional da psiquiatria e a elaboração de propostas apontando para a desinstitucionalização do doente mental e a inserção da família como coadjuvante no processo terapêutico do sujeito doente mental, conferindo às pessoas com este sofrimento, o resgate de sua cidadania e a defesa de seus direitos.

A Reforma Psiquiátrica avança nos processos de discussão de reestruturação da atenção da saúde mental, ampliando a palavra “atenção”, que ultrapassa os limites dos atendimentos feitos em instituições psiquiátricas com a farmacoterapia.

Para AMARANTE (1998), a reforma psiquiátrica significa um conjunto de iniciativas políticas, sociais, culturais administrativas e jurídicas que visam transformar a relação da sociedade com o “doente”.

Falar em Reforma Psiquiátrica pressupõe falar na gradativa substituição do sistema hospitalocêntrico de cuidados às pessoas que padecem de sofrimento psíquico, por uma rede integrada de variados serviços assistenciais, tais como ambulatórios, emergências psiquiátricas e unidades de observação psiquiátrica em hospitais gerais, hospitais-dia, hospitais-noite, centros de convivência, centros comunitários, centros de atenção psicossocial, núcleos de atenção psicossocial, centros residenciais de cuidados intensivos, residências terapêuticas, lares abrigados, pensões públicas e comunitárias, oficinas de atividades construtivas. Estas premissas apontam uma reversão do modelo hospitalocêntrico por uma rede de serviços assistenciais e se consolidam com a aprovação da Lei 10.216, sancionada em 06/04/2001.

Os pressupostos da Reforma Psiquiátrica implicam na mudança de paradigmas sendo uma delas a capacidade de um “novo olhar” para aqueles que convivem com as doenças mentais e neste sentido, fundamental são suas redes de convivência, sendo relevantes a família e a comunidade.

São várias as conceituações que o tema família abarca. A compreendemos como um grupo capaz de interagir e compartilhar

significados de suas experiências existenciais. Cada família carrega uma história de vida, permeada de valores e crenças que se solidificam e transformam-se ao longo de sua trajetória histórico-social. Como instituição social, algumas premissas estão presentes no imaginário coletivo voltadas a uma linhagem genética saudável e preparadas para assumir novos papéis sociais.

Neste contexto, o histórico familiar daqueles que convivem com pessoas com doenças mentais é marcado pela necessidade de aceitação da doença, tendo que assumir a responsabilidade do cuidado com aquela pessoa. Dentre as reações encontram-se a anuência ou a não aceitação da doença pela família. Estas reações atingem diretamente as pessoas com doenças mentais que são afetadas duplamente: primeiro, sua vivência pessoal e de acordo com o grau de manifestação de seus problemas e a consciência de seus limites implica em intenso sofrimento; e segundo, as reações (aceitação ou negação) de sua rede de convivência.

Muitas famílias ainda não estão preparadas para enfrentar os desafios sociais e a complexidade de demandas impostas pela doença mental. Esses familiares estão inseridos em um contexto social que ainda se mostra resistente na aceitação do transtorno psiquiátrico e com crenças alicerçadas no conceito de loucura vinculado à incapacidade, periculosidade e irreversibilidade da doença, o que potencializa os sofrimentos das pessoas que convivem com as doenças mentais que significam, segundo BASAGLIA (1985, p.69) em

“respostas desajustadas a fatores de estresse do ambiente interno e externo, evidenciadas por pensamentos, sentimentos e comportamentos que não são congruentes com as normas locais e culturais e interferem no funcionamento social, ocupacional e/ou físico do indivíduo”.

No que se refere aos profissionais que atuam na área, perguntados sobre as dificuldades apresentadas no trabalho, as respostas convergem para o excesso de burocracia e o assistencialismo das práticas. Ressaltam que os novos conceitos advindos com a Reforma Psiquiátrica ampliaram o campo de

intervenção, considerando as necessidades de socialização e exemplificam nesta direção, as Oficinas Terapêuticas, os Centros de Apoio Psicossocial e as residências terapêuticas. Destacam ainda que, as discriminações sofridas pelas pessoas com doenças mentais prejudicam o tratamento, necessitando de outras abordagens no sentido de se quebrar o estigma a estas pessoas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O saber centrado na doença tem possibilitado à manutenção de vários estigmas e rótulos que limitam o modo como as coisas e pessoas são vistas. Para COSTA (2002), o rótulo é uma tentativa de assegurar o controle e administrar a incerteza, pode nos dar a segurança e o conforto de uma conclusão mental e nos encorajar a não pensar mais no assunto.

A desconstrução deste muro, tão inerentemente arraigado ao nosso cotidiano, passa pela necessidade urgente de olhar de maneira diferente aquilo que rotineiramente julgamos familiar. Nas atitudes diárias podemos realizar o exercício do julgamento não habitual. Através de novos olhares podemos exercitar a redescoberta do real significado dos rótulos e estigmas presentes. Ao transpor, ir além da conclusão mental imediatista e, portanto meramente subjetiva, pode-se descobrir por trás de cada estigma um ser humano que a nossa imagem e semelhança clama por dignidade e respeito.

## REFERÊNCIAS

AMARANTE, P. (Coord.). **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1998.

BASAGLIA, F. **A Instituição Negada**. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

COSTA, A.C.F. **III Conferência Nacional de Saúde Mental - Por uma transformação cultural**. In: *Jornal Correio Brasiliense*, 11/12/2002.

GOFFMAN, E. **Estigmas, notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 2.ed. São Paulo: Editora Guanabara, 1982.

ROTELLI, F. **A instituição negada**. In: desinstionalização. NICACIO, F., (Org.). São Paulo: Hucitec, 1990.

SZASZ, T. **Ideologia e doença mental**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1980.

SPINK, M.J. **Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais**. In: GUARESCHI, P., JOVCHELOVITCH, S. 7.ed. Textos em representações sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.



# **A CATEGORIA TRABALHO EM DEBATE NO CAMPO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS TEÓRICAS**

**Reginaldo GUIRALDELLI<sup>1</sup>  
Helen Barbosa Raiz ENGLER<sup>2</sup>**

## **RESUMO**

Tendo como eixo analítico deste estudo a ênfase no trabalho enquanto elemento fundante e essencial na vida dos homens, também entendido como forma de sociabilidade e possibilidade de produção e reprodução humana, o respectivo ensaio busca ilustrar algumas abordagens gerais da categoria, demonstrando sua importância no decorrer da história e suas transformações advindas com a adoção de novas técnicas necessárias para a evolução da vida em sociedade. Além do mais, diante das variações verificadas

---

<sup>1</sup> Doutorando em Serviço Social pela UNESP/Franca-SP e membro do Núcleo de Pesquisa "Mentalidades e Trabalho: do local ao global" da UNESP/Franca. Correspondência para E-mail: <reguiraldelli@hotmail.com>.

<sup>2</sup> Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP/Franca-SP. Pesquisadora e coordenadora do Núcleo de Pesquisa "Mentalidades e Trabalho: do local ao global" da UNESP/Franca-SP. E-mail: <helenengler@terra.com.br>.

no campo do trabalho, nas últimas décadas do século XX, inúmeras teorias no campo das Ciências Sociais e Humanas foram constituídas visando contestar o trabalho na atualidade como eixo estruturador da vida em sociedade, enquanto outras acepções teóricas defendiam a centralidade da categoria, ainda em vigor em pleno século XXI. Assim, o respectivo texto visa contextualizar a trajetória do trabalho em alguns momentos históricos e apresentar algumas construções teóricas que estão presentes no universo científico, sendo elas convergentes e divergentes entre si.

**Palavras-chave:** trabalho, pensamento social, epistemologia.

No presente ensaio temos o intuito de promover uma reflexão sobre a categoria trabalho considerando que o mesmo está presente em toda a história da humanidade, nos mais distintos períodos, visto que se origina no momento em que o homem busca determinadas condições e meios para atender a suas necessidades vitais, como forma de produzir a vida em sociedade. É nessa busca e ação humana que o homem se reproduz e dá continuidade à espécie através das relações sociais.

É importante frisar que nessa trajetória histórica, o trabalho passou por significativas mudanças, decorrentes de novas descobertas e técnicas que propiciaram a adaptação do homem ao meio natural e garantiu sua sobrevivência. Isso é verificado quando constatamos alguns eixos essenciais na desenvoltura do trabalho que, na fase pré-histórica, era marcada por atividades coletivas, de uso comum, onde o desenvolvimento técnico como o manuseio da madeira e das pedras, lascada e polida consecutivamente, era utilizado para a caça, a pesca e a defesa humana. A base econômica nas sociedades primitivas era eminentemente agrícola, sendo a terra um bem compartilhado entre todos. Nesse marco peculiar, toda a produção era apropriada coletivamente, sem haver qualquer hipótese de divisão de classes sociais e sequer um poder político declarado.

Dentre outros momentos da história do trabalho, merece uma menção sintética a organização dos processos de trabalho do período clássico, com ênfase para Grécia e Roma, onde se concebe uma organização civil com inclinação para o desenvolvimento da cidade (*pólis*), além do aprofundamento da apropriação privada da terra e do

trabalho, tendo como marco o escravismo, já com uma estrutura rigidamente hierarquizada. Nesse cenário também surge o conceito de cidadania, que na verdade se restringia à aristocracia da época, aos homens que possuíam terras e se dedicavam à política, filosofia e artes, excluindo os povos estrangeiros, escravos, mulheres e crianças.

Outra mudança significativa é verificada na fase feudalista, marcada grosso modo, pelo emprego de trabalho compulsório sob relações de dominação e servidão, numa estrutura caracterizada pela divisão entre senhores proprietários de terra e servos. A base ainda é predominantemente a agricultura. Não se pode esquecer que, durante esse período, a Igreja ganha ascensão e se torna a grande detentora do poder temporal e espiritual.

Em meados dos séculos XII e XIII, as incipientes atividades comerciais começam a ganhar relevo por todo o continente europeu, com trabalhos voltados ao artesanato rural e urbano. Ao atingir o Oriente e adquirir técnicas de navegação, esse comércio começa a se propagar e passa a ter êxito no cenário econômico, o que serviu para o desmonte do sistema feudal.

Com a expansão comercial, verifica-se o crescimento das cidades e intensificação de processos de trabalho realizados nos centros urbanos, além do surgimento de uma nova classe social, a burguesia, que posteriormente será a mola propulsora das transformações ocorridas nos campos econômico, político, cultural e social em todo o mundo. As atividades artesanais foram substituídas pela manufatura, suplantada, em seguida, pelo trabalho industrial.

Na oficina do mestre-artesão um mesmo indivíduo executava diferentes operações, sem que houvesse separação entre as funções intelectuais e manuais do trabalho. Depois, na manufatura, o caráter coletivo começa a prevalecer sobre o individual, mas a diferença é apenas quantitativa. [...] Na manufatura, o trabalho se diferenciava do trabalho autônomo pelo emprego comum dos meios de produção, donde resultava uma diminuição na parte do valor constante, que se refletia no valor da mercadoria. [...] A manufatura diversifica os instrumentos

de trabalho para adaptá-los às funções dos trabalhadores parciais, todavia essas mudanças não atendem às necessidades de valorização do valor, dado que a habilidade artesanal continua sendo a base da produção. Mesmo assim, com uma divisão do trabalho que se constituía apenas na decomposição da atividade artesanal, em que o trabalho coletivo era a combinação de muitos trabalhadores parciais, já se potencializava a produção e a mais-valia. Mas isso ainda não era suficiente para o propósito da acumulação e expansão. Para que o capital se impusesse como força social dominante era preciso inverter os papéis entre trabalhadores e os meios de produção. Estes deveriam usar a força de trabalho, e não o contrário. Esse processo se desenvolve na manufatura e se completa na grande indústria, [...]. A partir dessa inversão, a produção deixa de ser subordinada à habilidade do operário para ser uma aplicação tecnológica da ciência (TAVARES, 2004, p.117-119).

Um dos fenômenos de maior expressão já vistos até então no mundo do trabalho é caracterizado pela Revolução Industrial, marcada por profundas alterações nos processos produtivos e nas relações sociais. Tal evento, originário na Inglaterra no século XVIII, ganhou dimensão mundial com o tempo e se alastrou por todos os espaços, transformando a esfera da vida dentro e fora do trabalho.

Com base nas análises de Oliveira (2001), a Revolução Industrial, marco do capitalismo, se divide em duas fases: a primeira entre os anos de 1760 a 1850, marcada principalmente pela criação da máquina a vapor pelo escocês James Watt (1736-1819), constituindo o nascimento do sistema fabril com aumento da produção e da população; a segunda entre os anos de 1850 até a fase da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), esta marcada pela descoberta da eletricidade como força motriz e de combustíveis derivados do petróleo, daí o surgimento do automóvel.

Vale salientar que tais acontecimentos representaram transformações substanciais de ordem econômica, geopolítica, social e cultural. Apesar do progresso técnico e da economia, isso não implicou em desenvolvimento no campo social. Outro dado a ser

pontuado é que, no decorrer desses fatos, a população não esteve pacífica, pois inúmeras foram as formas de resistência adotadas pelo grande contingente de trabalhadores e dos indignados pelas imposições da nova ordem societal.

Segundo estudos de Leite (1994), no decorrer do século XIX, na Europa, ocorreram inúmeras manifestações que retratam a revolta dos trabalhadores diante dos efeitos nas condições de trabalho advindas da Revolução Industrial. Dentre elas, destaca-se o *Movimento Ludista*, na Inglaterra, que defendia a quebra das máquinas, como sendo elas as responsáveis pela situação de miséria e exploração da população trabalhadora. Outros movimentos surgiram, como o Cartismo, também na Inglaterra e o movimento bolchevique que redundou na Revolução Russa de 1917, visto que os interesses do capital não eram correspondentes aos interesses dos trabalhadores, e isso foi preponderante para a origem dos sindicatos.

No século XX, com o avanço tecnológico em escala mundial, o capitalismo assume novas feições de cunho imperialista, sob a égide dos Estados Unidos e redimensiona todo o mundo do trabalho.

Com o término da Segunda Guerra Mundial no século XX, os estudiosos já afirmam a Terceira Revolução Industrial, mais conhecida como Revolução Tecnológica, diante da incorporação de novos padrões tecnológicos. Conforme análise de Mattoso (1995), a Terceira Revolução Industrial rompe com o paradigma anterior e tem entre suas principais características a alteração na organização dos processos produtivos diante de um novo padrão tecnológico baseado na microeletrônica e na robótica, exigência de maior habilidade e qualificação da mão-de-obra que resultou num tipo de trabalhador polivalente, enfraquecimento dos organismos sindicais, automação e informatização na produção, minimização dos estoques e trabalhos terceirizados, o que faz o mundo do trabalho ganhar novas facetas.

Com isso, nos últimos tempos, a categoria trabalho tornou-se alvo de profundas análises, discussões e debates nos mais diversos espaços acadêmicos e centros de pesquisa e, atualmente, representa um tema com uma infinidade de produção intelectual. Isso pode ser compreendido na medida em que as últimas décadas do século XX desencadearam transformações abruptas na esfera do trabalho, o que provocou inúmeros questionamentos e inquietações de alguns

segmentos da cadeia científica, num cenário em que conseqüências avassaladoras colocam em xeque sua fundamental essência e objetivação.

Assim, surge um emaranhado de teorias no campo das ciências sociais nas quais algumas atestam apologeticamente que a humanidade está vivendo o término de um período cujo trabalho era o eixo central no mundo da vida, dentre elas destacamos Gorz (1987), De Masi (2000), Offe (1994) e Rifkin (1995), outros com grande ousadia denotam a crise do trabalho abstrato, como é o caso de Kurz (1996), enquanto diferente ala de pensadores advoga que o trabalho jamais perdeu seu posto de centralidade, como é o caso das obras de Castel (1998) e Antunes (1995, 1999).

André Gorz, em sua obra *Adeus ao Proletariado* (1987), levanta questões polêmicas acerca do trabalho, considerando-o não uma atividade com fim em si mesma, mas como um meio de aquisição de dinheiro. Para o autor, tal prática nem sempre existiu. Ela é fruto do sistema capitalista, não devendo ser o essencial da vida dos homens. Também levanta a tese de que quem realiza a tarefa é a máquina, visto que o operário apenas empresta seu corpo, cérebro e tempo. Assim, considera o trabalho como uma atividade passiva, pré-programada, que está submetida aos ditos de um aparelho que é externo ao trabalhador. Para ele, ao invés de o trabalho ser um mecanismo de inserção do trabalhador na cooperação universal, este passa a ser uma forma de sujeição do trabalhador ao aparelho universal de dominação, resultando num trabalho como instrumento de opressão social generalizada. Diante dessa abordagem, Gorz apresenta uma proposta polêmica, pautada na abolição do trabalho, com maior liberdade de tempo para os trabalhadores. Nessa linha de raciocínio, elucida que a liberdade só existe quando não há a obrigação de trabalhar e que a verdadeira "vida" começa fora do trabalho, onde o indivíduo realiza suas atividades principais. Acredita que o trabalho representa uma mescla de sacrifício, álibi, justificativa, maldição, droga, aborrecimento e sofrimento. Para finalizar sua análise, lança alguns questionamentos: Seria o trabalho uma necessidade ou meio de ganhar a vida? Ou ainda um meio de escapar do isolamento e do sentimento de inutilidade?

Apesar de escrita na década de 1980 do século XX, a obra de Gorz ainda se apresenta atual e se constitui numa leitura

indispensável aos adeptos de seus preceitos e aos que combatem tais concepções.

O italiano Domênico De Masi (2000), na mesma orientação, descreve que a força de trabalho humana foi o elemento crucial até meados dos anos 1960 do século XX, porém, com o acelerado investimento tecnológico, os equipamentos começaram a substituir essa mão-de-obra. Todavia, nesse avanço, a tecnologia passou a se apropriar do intelecto do trabalhador, o que implicou no surgimento de um novo modelo de trabalhador, o do tipo intelectual. Com tais mudanças, desencadeadas pelo avanço no campo científico, surge, para o autor, uma questão vital: Como empregar o tempo livre que a ciência proporcionou ao homem para se viver bem, com sabedoria e prazer?

De Masi (2000) sustenta que o trabalho pode ser convidado a sair do trono que foi colocado pela Igreja, filósofos e empregadores no decorrer do século XVIII. Para ele, o caminho à felicidade e à prosperidade encontra-se na diminuição do trabalho e o que se deve ocorrer é a distribuição do tempo livre não só para as camadas privilegiadas e, sim, para todo o conjunto da população. Segundo o autor, nos anos anteriores, o trabalho colonizou o tempo livre e nos anos futuros, o tempo livre colonizará o trabalho. O tempo livre, nessa perspectiva, seria a possibilidade de convívio entre as pessoas, relações de amizade, amor, aventura, repouso, estética, erotismo, viagens, cultura, meditação, práticas desportivas, ou seja, atividades cotidianas que merecem sentido. Para concluir, afirma que o ócio pode ser vivido em dois sentidos, como forma de explorar, violentar e roubar ou como forma de trazer benefícios aos indivíduos, visto que acredita que é no ócio que o indivíduo atinge a plenitude do conhecimento e da qualidade de vida.

No ritmo de crítica ao trabalho, Offe (1994) discute a questão da tecnologia como a fonte endógena do desemprego, visto que em sua análise em torno dos anos 1970 do século XX, constata a elevada taxa da produtividade sem o aumento da força de trabalho, ocorrendo uma superabundância de mão-de-obra, onde esta passa a viver num contexto de desamparo estrutural. Propõe uma nova forma de vida em sociedade, onde as pessoas possam trabalhar e viver livremente, sem a subjugação das leis impostas pelo mercado de trabalho. As

estratégias do sistema capitalista para atender suas prerrogativas de crescimento da produção e do lucro colocam em risco a existência dos empregos. Na análise de Offe, como o pleno emprego não é possível, o mercado de trabalho elege seus candidatos para compor o rol dos descartados pelo sistema, sendo entre eles os imigrantes, mulheres (principalmente as casadas), trabalhadores mais velhos e mais jovens. O que se verifica é uma gradativa redução nos postos de trabalho, e além do mais,

[...] quanto menos trabalho se acha disponível e quanto mais as condições existentes de emprego são ameaçadas, maiores são as pressões econômicas sobre os salários e, conseqüentemente, menos indivíduos e famílias podem ter recursos – apesar de suas perspectivas de trabalho cada vez piores – para abandonar, em parte ou totalmente sua (desejada) participação no mercado de trabalho (OFFE, 1994, p.121).

Offe (1994) ainda considera que nesse quadro de desemprego, onde o mercado não consegue atender a toda a demanda, o Estado assume a responsabilidade de custear essa população marginalizada sem acesso aos direitos básicos. Mas, o que se verifica é que o aparelho estatal também atravessa uma crise nos últimos tempos e não consegue dar respostas satisfatórias aos problemas emergentes. Numa fase de racionalização técnica e organizacional, que provoca a eliminação do trabalho vivo em grande escala, a estratégia empresarial volta-se para uma maior intensificação desse processo, no intuito da produção se tornar cada vez mais independente do capital humano, o que é suscetível de incertezas. O resultado disso é a degradação do trabalho e a extinção de profissionais especializados, os quais se tornam cada vez mais enfraquecidos.

Na linha dos componentes que contestam a centralidade do trabalho, Offe descreve que as tentativas de circunscrevê-lo como eixo central da vida são consideradas apenas como sintoma de uma crise contemporânea. Fica evidenciado para o autor que o trabalho perdeu sua centralidade diante dos fenômenos verificados nos últimos tempos.

Rifkin, em sua obra *O Fim dos Empregos* (1995) é taxativo ao se referir de forma pessimista e catastrófica no fim do trabalho humano, sendo este gradativamente eliminado e substituído por máquinas inteligentes, num quadro de sofisticação tecnológica e informacional. Considera o desemprego como uma nova doença econômica inexorável, a qual se espalha e destrói vidas. O que ele constata em sua pesquisa é que houve uma significativa redução dos empregos enquanto a receita das empresas continuou a crescer, o que gera um sentimento de medo diante de um futuro incerto. Dentro dessa realidade, tanto os trabalhadores não-qualificados quanto os qualificados são atingidos em decorrência da automação e informatização. Para onde vai todo o contingente de trabalhadores nessa “Era Informacional” é um dos pontos que aflige o autor, o qual observa que nessa nova fase de surgimento e expansão da robótica, dos microcomputadores e da disseminação de softwares, os domínios da mente já foram apropriados e o que se tem hoje são “máquinas inteligentes” com funções gerenciais e administrativas, capazes de controlar os fluxos de produção. Contudo, a intervenção humana vem sendo cada vez mais descartada nos diversos espaços produtivos frente às novas determinações da reengenharia, caracterizada pela adoção de novas técnicas e formas de gestão no trabalho, com o intuito de reduzir os salários, os encargos trabalhistas e desmontar os sindicatos, além de gerar uma série de empregos de caráter contingencial e provocar danos irreparáveis na vida dos trabalhadores<sup>3</sup>.

Estar desempregado, na visão de Rifkin, significa ser um indivíduo improdutivo e imprestável na lógica atual do sistema capitalista e tal problemática agrava a economia global diante da diminuição do poder aquisitivo da população e gera um quadro de incapacidade para os governos frente à tomada de medidas para solucionar a questão. Rifkin aponta algumas saídas como o investimento e potencialização do terceiro setor.<sup>4</sup> Além disso, elucida

---

<sup>3</sup> Dentre tais danos, podemos verificar na atualidade a sobrecarga física e mental do conjunto de trabalhadores, gerando altos níveis de estresse, fruto da automatização do trabalho. Outro fenômeno que se agrava no Japão é o Karoshi, que se constitui na morte súbita no trabalho, desencadeada pela intensificação dos ritmos de produtividade (ANTUNES, 1995).

<sup>4</sup> Como assinala Landim, o “[...] terceiro setor não é um termo neutro, ele tem nacionalidade clara. É de procedência norte-americana, contexto onde associativismo e voluntariado fazem parte de uma cultura política e cívica baseada no individualismo liberal” (LANDIM, 1999, p.63).

que nessa nova era, pautada numa economia sem trabalhadores, há duas vias que podem ser seguidas, a de um porto seguro, ou a de um terrível abismo. Sustenta que o futuro se encontra em nossas mãos e que o fim do trabalho pode representar uma sentença de morte para a humanidade ou uma transformação social que vise o renascimento do espírito humano.

Noutro horizonte, existem obras que se orientam na defesa do trabalho enquanto categoria central e fundante.

Em sua obra um tanto polêmica, Kurz (1996) aponta para um quadro socialmente caótico ao analisar a queda do socialismo real no Leste Europeu, no ano de 1989, entendendo tal episódio como um colapso histórico dentro de um sistema produtor de mercadorias. Nesse sistema, o trabalho é o valor e o princípio ético mais elevado. Vale salientar que Kurz realiza uma crítica ao trabalho em sua dimensão abstrata,<sup>5</sup> como gerador de lucro ao capitalista. O autor atesta que no socialismo real aparecem as características típicas do capitalismo, como o trabalho abstrato, o lucro, o salário e os preços, ou seja, o suposto “mercado planejado” dos países do Leste não eliminou o mercado de base capitalista. Com isso, constata que o que desencadeou o colapso do socialismo real no Leste foi a própria dinâmica do capital, tangenciada pelo êxito da concorrência e do desenvolvimento do sistema global. O quadro que se mostra com essa crise é de uma profunda decadência das estruturas sociais, o que Kurz denominou de “Era das Trevas”, onde o caos se alastra pelos quatro cantos do mundo e se torna cada vez mais distante a proposta de “paz perpétua”, outrora idealizada pelo filósofo alemão Immanuel Kant.

Na análise de Castel (1998), o trabalho ainda é a referência social e pondera que a questão social metamorfoseou-se diante de um período transitório que abarca o novo e o contingencial, e uma realidade em que os processos produtivos sofreram profundas alterações frente à reestruturação capitalista que provocou mudanças

---

<sup>5</sup> Com base na obra *O Capital* de Karl Marx (2004), o trabalho abstrato, grosso modo, é aquele que cria o valor das mercadorias, ou seja, o valor-de-troca, o que contribui para a acumulação do capital. Já o trabalho concreto, entendido como “[...] criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade –, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana” (MARX, 2004, p.64-65).

nas formas de emprego, tendo como principais resultados o enfraquecimento do poder sindical, o fim do emprego estável, redução de salários, o que levou ao aumento do desemprego e formas precárias e atípicas de trabalho. Porém, mesmo com tais conseqüências (que afetam o modo de ser e sentir dos trabalhadores), o trabalho continua sendo o eixo das relações sociais.

Ricardo Antunes (1995, 1999), fundamentado na Teoria Social de Marx e nas concepções de Lukács, elabora seu pensamento em torno da idéia de que o trabalho ainda é o eixo estruturador da vida societal. Para o respectivo autor, o trabalho constitui-se na protoforma da atividade humana, onde acontece o intercâmbio material e simbólico do homem com a natureza e este homem passa do seu aspecto exclusivamente biológico para a esfera social, visto que nesse espaço ele estabelece suas relações sociais.

Na linha analítica de Antunes (1995, 1999), o que se verifica na atual sociedade capitalista, que produz mercadorias, é a hegemonia do trabalho em seu aspecto abstrato, que assume feições de trabalho estranhado e fetichizado. No mais, enfatiza que o trabalho, em sua dimensão concreta, representa a forma genérico-social que transcende a vida cotidiana, sendo nesse tipo de trabalho que o homem atinge a *omnilateralidade*. É imprescindível, como assinala Antunes (1999), considerar, dentre esses fatores, a capacidade teleológica dos homens, o que o distingue dos demais animais. Nessa perspectiva adotada por Antunes (1995) de que o trabalho é o fator elementar no processo de sociabilidade do homem, pode-se então constatar que ele existiu e sempre existirá na história da humanidade, sendo negada sua abolição.

O que se tem no atual contexto, de cunho capitalista, é um trabalho degradante e aviltado, onde o trabalhador não se reconhece no produto de sua ação, sendo convocado ao mundo do trabalho de forma compulsória para satisfazer suas necessidades vitais. A crise vivida na contemporaneidade, abala material e subjetivamente os trabalhadores.

Diante disso, Antunes (1999) indaga e faz alguns apontamentos acerca da crise atual que vivenciamos na esfera do trabalho. Estaríamos diante de uma crise da sociedade do trabalho abstrato ou do trabalho concreto?

Ao seguir o referencial de que o trabalho se constitui o elemento vital para a humanidade no processo de produção e reprodução dos homens, ele elucida:

Uma coisa é conceber, com a eliminação do capitalismo, também o fim do trabalho abstrato, do trabalho estranhado; outra, muito distinta, é conceber a eliminação, no universo da sociabilidade humana, do trabalho concreto, que cria coisas socialmente úteis e ao fazê-lo (auto) transforma o seu próprio criador (ANTUNES, 1999, p.215).

Contudo, diante do exposto, fica notória a vasta produção teórica que retrata o universo do trabalho, consubstanciada por convergências e divergências ideológicas, o que se torna positivo num contexto em que se privilegia o pluralismo de idéias e a liberdade de expressão. Mas não podemos deixar de nos identificarmos com determinadas acepções teóricas e aqui compartilhamos da compreensão de que o trabalho, em seu sentido ontológico, ainda é a centralidade no mundo da vida.

Mesmo diante das inúmeras transformações ocorridas nas últimas décadas do século XIX que tem continuidade no início deste novo século, o trabalho ainda é o eixo central na vida dos homens e é por meio dele que os indivíduos estabelecem relações sociais e produzem e reproduzem os meios indispensáveis para a perpetuação da espécie.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3.ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

DE MASI, D. **O ócio criativo**. 3.ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

- GORZ, A. **Adeus ao proletariado** – para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- KURZ, R. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- LANDIM, L. Notas em torno do terceiro setor e outras expressões estratégicas. **Revista O Social em Questão**, Rio de Janeiro, n.4, 1999.
- LEITE, M.P. **O Futuro do Trabalho**: novas tecnologias e subjetividade operária. São Paulo: Página Aberta, 1994.
- MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I, v.1. 22.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- MATTOSO, J. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.
- OFFE, C. **Capitalismo desorganizado**: transformações contemporâneas do trabalho e da política. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- OLIVEIRA, C.R. **História do trabalho**. 4.ed. São Paulo: Ática, 2001.
- RIFKIN, J. **O fim dos empregos**: o declínio dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Makron Books, 1995.
- TAVARES, M.A. **Os fios (in) visíveis da produção capitalista**: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.



## INSTRUÇÕES AOS AUTORES PARA AS PRÓXIMAS PUBLICAÇÕES

A revista *Cadernos de Serviço Social* da Faculdade de Serviço Social/PUC-Campinas periódico semestral, é distribuída para as Universidades, regiões do país e fora do Brasil. Aceita trabalhos no campo de: Serviço Social, Políticas Públicas, Ciências Humanas, Filosóficas, Educação e outras áreas afins, com enfoque em práticas sociais.

Os trabalhos deverão ser digitados no programa Word 6.0 ou 7.0 for Windows, com espaço 1,5 e letra arial tamanho 10, margens esquerda 3 cm e demais 2,0 cm, disquete 3 1/2.

- Encaminhar disquete e duas cópias em papel.
- Os trabalhos deverão conter resumo, abstract, palavras-chave e key words.
- Texto contendo aproximadamente até 25 páginas.
- Enviar, em folha avulsa, nome e endereço completo, e-mail, título do trabalho e instituição de origem para contatos posteriores.
- Ao título do trabalho deverá seguir o nome do autor/autores e em nota de rodapé devem constar instituição à qual o autor é vinculado bem como demais dados referentes ao artigo.

Tabelas, quadros e legendas deverão vir referidos no texto.

A bibliografia deve seguir as normas da NBR 6023: 2000 da ABNT.

Cabe ao Conselho Editorial propor alterações necessárias para a sua publicação e aos artigos não selecionados, os autores serão informados.

Os trabalhos deverão ser enviados para:

Prof<sup>a</sup>. Sandra Corrêa Forster Joanini

PUC-CAMPINAS / Prédio Central

Núcleo de Informática e Publicação / Sala 268

Rua Marechal Deodoro, 1099 Centro

CEP: 13010-920 Campinas – SP

E-mail: [revistas.ccsa@puc-campinas.edu.br](mailto:revistas.ccsa@puc-campinas.edu.br)

Fone: (0xx19) 3735-5812

---

CADERNOS DE SERVIÇO SOCIAL  
Nº 29 - PUC-Campinas - JULHO/DEZEMBRO 2006

---

•

---

Os textos apresentados nesta publicação são de inteira responsabilidade dos autores, e nenhuma arte desta obra pode ser reproduzida sem autorização Expressa dos autores.

---

---

CADERNOS DE SERVIÇO SOCIAL é uma edição semestral  
Faculdade de Serviço Social - PUC-Campinas  
Rodovia Dom Pedro I, km 136  
Parque das Universidades - Campinas - SP  
CEP 13086-900  
Caixa Postal nº 317 - CEP 13012-970  
*E-mail: fss@puc-campinas.edu.br*  
Telefone (019) 3756-7079                      FAX: (019) 3756-7019

---

